

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 166

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE NOVEMBRO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Anibelli e Pastor Edson Praczyk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademir Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o nº 1973/2001, do senhor Roberto Lobo Blasi, diretor geral da Secretaria da Segurança Pública,

em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Eli Ghellere, que pede esclarecimentos sobre “Custos da Operação de Transferência de Detentos da Penitenciária Central do Estado para outros Presídios”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº ATCC 907/2001, do senhor Alceni Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre Processo de Emissão de Notas Promissórias pela Sanepar. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 951/2001, do senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre Processo de Emissão de Notas Promissórias pela Sanepar. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 273/2001, do senhor Marcos Tocafundo, diretor presidente da Paraná Esporte, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Eli Ghellere, que pede esclarecimentos sobre projeto Verão Costa Oeste. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 384/2001, do senhor Eduardo Francisco Sciarra, secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Turismo, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Eli Ghellere, que pede esclarecimentos sobre projeto Verão Costa Oeste. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 879/2001, do senhor Alceni Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pela deputada Luciana Rafagnin, que pede esclarecimentos sobre programa Vilas Rurais. **Ao conhecimento da senhora deputada interessada.**

Sob o nº 609/2001, do senhor José Antônio Andreghetto, secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Luiz Carlos Alborghetti, que pede esclarecimentos sobre número de títulos emitidos na Faixa de Fronteira. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº ATCC891/2001, do senhor Alceni Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre bombeamento do xurume da Lamenha Pequena. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 1960/2001, do senhor Roberto Lobo Blasi, diretor-geral da Secretaria da Segurança Pública,

em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Renato Gaúcho, que pede esclarecimentos sobre Programa Educacional da Resistência à Violência e às Drogas- Proerd. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 1927/2001, do senhor Roberto Lobo Blasi, diretor-geral da Secretaria da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Algaci Tulio, que pede esclarecimentos sobre desativação do sistema de policiamento com motonetas. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 104/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, destinado à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Abrigo/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 100/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o fundo Estadual de Assistência Social/PR, no valor de R\$90.000,00, destinado ao Projeto Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 106/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, no valor de R\$50.000,00, destinado ao III Encontro Regional de Gestores e Coordenadores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- Peti. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 104/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, no valor de R\$253.000,00, destinado ao Projeto de Geração de Emprego e Renda para as famílias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 098/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social, destinado à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/335/2001, do senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo, o

Projeto de Lei nº 200/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/331, 332 e 333/2001, do senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

295/2001 - Do Poder Executivo que, altera o parágrafo único, do artigo 26, da Lei nº 6.417/73, para incluir “serviços extraordinários” nas hipóteses de indenização aos policiais militares, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.280. **Anote-se - Arquivo-se.**

325/2000 - De autoria do deputado Waldir Rossoni que, aprova a construção, no município de Araucária, da Usina Termelétrica da Conversora de Fertilizantes e Energia Elétrica do Paraná Ltda - Cofepar, mediante condições que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.281. **Anote-se - Arquivo-se.**

335/2001 - Do Poder Executivo que, dispõe sobre condições e base de cálculo para aplicação de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, quando integralizarem o capital da Agência de Fomento do Paraná S.A., o qual convertido em lei tomou o nº 13.282. **Anote-se- Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/334, 336 e 337/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

336/2001 - do Poder Executivo que, integram em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná, Unespar, as entidades de ensino superior que especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.283. **Anote-se - Arquivo-se.**

410/2001 - do Poder Executivo que, dispõe que ficam remetidos créditos tributários relativos ao ICMS, lançados até 31.07.2001, cujos valores, atualizados, sejam iguais ou inferiores a R\$55,00, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.284. **Anote-se - Arquivo-se.**

195/2001 - Do Poder Executivo que, dispõe que ficam remetidos créditos tributários relativos ao IPVA, lançados até 31.12.2000 cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$55,00, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.285. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 1754/2001, do senhor Pedro Alberto da Silva Alvarenga - secretário Nacional de Segurança Pública, encaminhando relação dos convênios celebrados de janeiro a 22 de outubro de 2001, entre o Ministério da Justiça, por intermédio desta Secretaria e o Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 455/2001, da senhora Maria Ignês Bierrenbach, diretora do Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, comunicando convênio firmado entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e o Instituto de Ação Social do Paraná, no valor de R\$97.200,00, com vistas à execução do Projeto “Insta-

lação do SIPIA nos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná”. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 002/2001, do senhor Walter Alves de Souza, diretor presidente da Paraná Investimentos S/A, encaminhando Relatório e Atividades, relativo ao período de 01.04.2001 a 30.09.2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 069/2001, do senhor Darci Bertholdo, secretário de Estado adjunto dos Direitos Humanos, comunicando convênio firmado entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná, no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) destinados à execução do projeto “Cidadania ao Alcance de Todos - Balcões de Direitos”. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº ATCC 919/2001, do senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Edson Strapasson, que pede esclarecimentos sobre Obras da barragem do Iraí. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 630/2001, do senhor José Antonio Andreghetto, secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Algaci Tulio, que pede esclarecimentos sobre: quanto às reclamações referentes a fumaça expelida por empresas no Bairro Becker do município de Paranaguá. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 1499/2001, do senhor Ricardo Augusto Cunha Smijntink, secretário de Estado da Administração e da Previdência, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Algaci Tulio, que pede esclarecimentos sobre Empréstimos Efetuados Por Instituições Financeiras aos Servidores Públicos Estaduais. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 967/2001, do senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, diretor-presidente da Sanepar, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre participação do grupo Francês Vivendi, na Direção da Sanepar. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 1339/2001, do senhor Roberto Lobo Blasi, diretor geral da Secretaria da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre Laudo Pericial em Ações de Trânsito e Procedimentos do Instituto de Criminalística do Paraná. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 1100/2001, da senhora Mônica Rischbieter, secretária de Estado da Cultura, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Orlando Pessuti, que pede esclarecimentos sobre Atuação do Centro Cultural Teatro Guaíra. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº CTL/SEEG/340/2001, do senhor governador do Estado, comunicando seu afastamento do País com destino aos Estados Unidos, entre às 18h00 do dia 1º de novembro e o próximo dia 04, cuja viagem será feita em razão de motivos particulares. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 023/2001-GVG, da senhora Emília Belinati - vice-governadora do Estado, comunicando que estará viajando à Noruega entre os dias 11 a 18 de novembro do corrente ano, onde estará representando o Estado do Paraná nas homenagens daquele país, a Alfredo Andersen, em Kristiansand - cidade natal do artista, pelo centenário de seu nascimento. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Vimos através do presente, comunicar a V. Exa. as indicações dos novos membros da Bancada do PFL que deverão compor as Comissões Permanentes da Casa em substituição aos deputados que desfilaram-se do PFL.

01 - Comissão de Finanças

Titular: deputado Plauto Miró (substituição do deputado Marcos Isfer)

Suplente: deputado Braz Palma (substituição do deputado Plauto Miró)

02 - Comissão de Tomadas de Contas

Titular: deputado Basílio Zanusso (substituição do deputado Marcos Isfer)

Suplente: deputado Plauto Miró (continua)

03 - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Titular: deputado Braz Palma (substituição do deputado Chico Noroeste)

Suplente: deputado Plauto Miró (substituição do deputado Marcos Isfer)

04 - Comissão de Educação, Cultura e Esportes

Titular: deputado Braz Palma (substituição do deputado Chico Noroeste)

Suplente: deputado Plauto Miró (substituição do deputado Marcos Isfer)

05 - Comissão de Segurança Pública

Titular: deputado Cleiton Kielse (substituição do deputado Custódio)

Suplente: deputado Braz Palma (substituição do deputado Chico Noroeste)

06 - Comissão de Turismo

Titular: deputado Plauto Miró (substituição do deputado Chico Noroeste)

Suplente: deputado Cleiton Kielse (substituição do deputado Plauto Miró)

07 - Comissão de Fiscalização

Titular: deputado Plauto Miró (continua)

Suplente: deputado Braz Palma (substituição do deputado Marcos Isfer)

08 - Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania

Titular: deputado Cleiton Kielse (substituição do deputado Custódio)

Suplente: deputado Braz Palma (substituição do deputado Chico Noroeste)

09 - Comissão de Defesa do Consumidor

Titular: deputado Plauto Miró (substituição do deputado Chico Noroeste)

Suplente: deputado Cleiton Kielse (substituição do deputado Custódio)

10 - Comissão de Saúde Pública

Titular: deputado Cleiton Kielse (continua)

Suplente: deputado Plauto Miró (substituição do deputado Custódio)

11 - Comissão de Redação

Titular: deputado Cleiton Kielse (substituição do deputado Custódio)

Suplente: deputado Plauto Miró (substituição do deputado Cleiton Kielse)

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3804

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3803

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3802

Senhor Presidente:

Tendo em vista a justificativa em anexo, os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, com base no artigo 62, parágrafo 3º, da Constituição Estadual, e no artigo 36 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 13 (treze) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar a extinção do Fundo de Previdência dos Servidores Estaduais em 1993, a destinação dos recursos obtidos, bem como, a transformação de servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho em estatutários e efeitos decorrentes.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(aa) DURVAL AMARAL, TONY GARCIA, ADEMAR TRAIANO, LUIZ CARLOS MARTINS, RICARDO MAIA, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, CLEITON KIELSE, BASÍLIO ZANUSSO, LUIZ CARLOS SIMÕES, MOYSÉS LEÔNIDAS, DUÍLIO GENARI, CESAR SELEME, NELSON TURECK, SÉRGIO SPADA, FERNANDO RIBAS CARLI, HIDEKAZU TAKAYAMA, ANTONIO CARLOS BELINATI, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, DIVANIR BRAZ PALMA, ELIO RUSCH, LUIZ ACCORSI e EDNO GUIMARÃES.

JUSTIFICATIVA:

A conversão de servidores celetistas em estatutários e a extinção do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais tiveram profunda repercussão, constituindo-se em verdadeira bomba de efeito retardado contra as finanças públicas estaduais. A aposentadoria dos servidores celetistas é custeado pelo Sistema Nacional de Previdência Social, enquanto a dos servidores estatutários estaduais é custeada pelos cofres públicos. Daí porque a transformação de servidores celetistas em estatutários tem profunda repercussão nas finanças do Estado. Este, combinado com a extinção do Fundo de Previdência vem, desde 1993, aumentando excessivamente as despesas com os pagamentos de aposentadoria e pensões.

Sobremais, em nenhum momento se explicou o destino que se deu aos recursos do extinto Fundo de Previdência.

Fatos estes que requerem esclarecimentos.

Daí a presente proposição.

REQUERIMENTO Nº 3711

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 288/2001, que dispõe sobre a fiscalização, fábrica,

comércio, transporte, depósito e uso de fogos de artifício no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 3757

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação dos Projetos de Lei de nºs 514/2001 e 584/2001, que tratam da mesma matéria: isenção do ICMS na compra de motocicleta à categoria do moto-taxista.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Ademir Bier

REQUERIMENTO Nº 3778

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo de entrega das emendas do projeto orçamentário para o exercício de 2002, até o dia 23 de novembro de 2001.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 3775

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM à Presidência desta Casa de Leis, que convide o senhor Nelton Friedrich (coordenador do Fórum Popular Contra a Venda da Copel), para que compareça ao plenário na Sessão Ordinária da próxima segunda-feira, dia 12 de novembro de 2001, representando a grande maioria da população paranaense e as entidades que compõem o mesmo, para dar explicações sobre a campanha que vem sendo desenvolvida se opondo ao processo de privatização da Companhia Paranaense de Energia.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO, MARCOS ISFER, AGOSTINHO ZUCCHI, ORLANDO PESSUTI, JOSÉ MARIA FERREIRA, ELI GHELLERE, LUIZ CARLOS ZUK, IRINEU COLOMBO, NEREU MOURA, WALDYR PUGLIESI E PASTOR EDSON PRACZYK.

REQUERIMENTO Nº 3805

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o uso das dependências do Plenário desta Casa de Leis, para a realização do Seminário acima citado, no dia 30 do corrente, das 8 horas às 17 horas, com

as palestrantes: Carolyn Jefferson Jenkins, presidente da LVW dos Estados Unidos, Zaida Arguedas, diretora de Programas Internacionais, Nádia Smith, coordenadora da LVW em Mineápolis, Sueli Carneiro-Gelêdes/São Paulo e deputada federal Yeda Crusius.

Sabemos que o mesmo será de grande relevância e de suma importância para a troca de experiências entre os países participantes.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 3731

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do senhor José Jabur, ocorrido no dia 14/11/2001, em Porecatu, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3760

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de pesar à família do senhor Adalberto Sobrinho, por seu falecimento ocorrido no último dia 04 na cidade de Maringá-PR.

Adalberto Sobrinho deixa esposa, filhos, genros, noras, netos e a saudade aos amigos que sempre cultivou.

Requer ainda, que a manifestação seja encaminhada à senhora Dorli Aparecida Sobrinho, Rua Osvaldo Cruz, 538 - Maringá-PR - CEP: 87020-200.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 3762

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do senhor Oswaldo Bessani, falecido no dia 06 de novembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3763

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do senhor Agostinho Ribeiro de Lima, falecido no dia 05 de novembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3766

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da senhora Marta Santana, aos 70 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3767

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da senhora Doraci Paes e Silva, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3768

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da senhor Valdomiro Ramos, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3769

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Almeida, pelo falecimento da senhorita Maria Marta de Almeida, ocorrido no dia 06 de novembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família do senhor Tibério José de Almeida Filho, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Portugal, nº 521, Jardim Planalto - CEP 83.409-000, Colombo-Paraná.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3790

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família Tramontini, em decorrência do falecimento do Senhor Nelson Tramontini, ocorrido no dia 20 de outubro de 2001.

Autor do Hino de Cascavel, Nelson Tramontini, nasceu em Jaguariaíva -PR, em 20.09.1932. Morou em Cascavel na década de 60, onde fundou um Conservatório Musical e iniciou uma banda clássica, poliglota.

Em 1980, foi homenageado pelo Papa, devido à sua participação em um concurso de música para o mesmo, classificando-se em segundo lugar. Sua música foi tocada no Vaticano, na Praça São Pedro.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ELI GHLERE

REQUERIMENTO Nº 3791

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, à família enlutada do senhor Osni Bermudes, falecido em data de 07 de novembro de 2001, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, em data de ontem, o comunicador Osni Bermudes.

Vítima do Mal de Parkinson, doença que o afetava há alguns anos, estava com 66 anos. Osni era o "homem das traquitanas". Era um pioneiro das comunicações no Paraná. Na época em que a televisão era uma novidade e o videotape nem existia, o então radialista inovou, criando engenhocas caseiras para dar origem aos efeitos especiais. Ele fazia bonecos e desenhos ganharem movimento. Com isso os técnicos tinham tempo de trocar os cenários entre um programa e outro. Tudo era feito ao vivo e as "traquitanas" do Osni serviam como as atuais vinhetas eletrônicas, para distrair os telespectadores. Ele era um mágico, um gênio que, num início muito difícil da televisão, dava vida com suas invenções.

Osni Bermudes trabalhou nos principais veículos de rádio e tevê do nosso Estado. Começou a longa carreira de comunicador como sonoplasta da Rádio Marumby. Foi um dos fundadores da TV Iguazu, em 1967, ao lado de outros pioneiros paranaenses. Ele foi o responsável pela transmissão ao vivo das imagens do

homem pisando na Lua para todo o Sul do Brasil, em 1969.

À sua família enlutada (Rua Mauá 754 - Alto da Glória - Curitiba/PR,) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3792

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do Dr. Carlos Franco Ferreira da Costa, médico falecido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, na semana anterior, o doutor Carlos Franco Ferreira da Costa.

Aos 87 anos de idade, doutor Carlos era um dos mais ilustres profissionais paranaenses na sua área. Filho de Lisymaco Ferreira da Costa e de Esther Franco da Costa, deixou a esposa Raquel e quatro filhos.

Doutor Carlos foi um dos pioneiros no estudo da tuberculose no Paraná e fez especialização nos Estados Unidos. Aplicou seus conhecimentos em pneumologia para tratar doentes em ambulatórios públicos. Foi também um dos primeiros radiologistas do Paraná e autor de vários trabalhos científicos, muitos deles apresentados em congressos científicos.

Nosso Estado perdeu um ilustre cidadão, professor e médico - um profissional que sempre colocou a ética como principal ponto de sua vida.

À sua família enlutada (Rua do Herval, 34 - Cristo Rei - Curitiba/PR) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3689

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio do votos de congratulações à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, pela comemoração de seus 47 anos.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel comemorou em 26 de outubro de 2001, seus 47 anos e, apesar da luta travada ao seu redor na questão da sua privatização, a Copel vem desempenhando com brilhantismo sua função, motivo de relevantes e diversas premiações que vem recebendo, como uma das melhores e mais eficientes distribuidoras de energia elétrica do Brasil. Entre eles, podemos destacar: "Melhor Distribuidora de Energia Elétrica - Abradee", "Prêmio Top Social ADVB 2001", além de ter sido considerada no ano pas-

sado como a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Criada em 26 de outubro de 1954, teve como base principal para a integralização de seu capital o Fundo de Eletrificação. A construção da Usina Termelétrica de Figueira - Utelfa, em 1963, foi fundamental no Plano Estadual de Eletrificação. Em 1967 a Copel inaugurava a Usina Salto Grande do Iguaçu, que veio beneficiar 18 municípios e, finalmente, em 1974, inaugurava a Hidrelétrica Capivari-Cachoeira. No momento de sua inauguração Capivari-Cachoeira era a principal geradora da Copel e a maior usina em funcionamento do Sul do Brasil.

Em 1980 foi inaugurada a Hidrelétrica Foz do Areia, com previsão de 2.250 MWh, com unidades geradoras que eram então as maiores do Brasil. E em 1992 foi inaugurada a Usina de Segredo que reduziu a dependência paranaense de energia comprada de outros Estado. Em dezembro de 1998 entrou em operação Salto Caxias, denotando assim um grande avanço na geração de energia elétrica, com conseqüências positivas para o Estado do Paraná.

A Copel não poderia deixar de ser premiada - além de suas tradicionais unidades de negócios envolvendo a geração, a transmissão e a distribuição de energia elétrica, está oferecendo oportunidades de negócios em tecnologia da informação e telecomunicações. No setor de energia a Copel tem participações em diversas usinas hidrelétricas, termelétricas e eólicas e no fornecimentos de gás natural. A empresa participa também de negócios no setor de telecomunicações com ações da Sercomtel Telecom e Sercomtel Celular, além do setor de saneamento, com serviço, pesquisa e desenvolvimento.

Por todos estes motivos, por tudo o que a Copel representa para o nosso Estado e pela comemoração de seus 47 gloriosos anos, receba Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel (Avenida Coronel Dulcídio, 800 - Batel - Curitiba-PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3693

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao senhor Valtemir Fabrício Freire, locutor de rodeio e empresário da comunicação, pelos seus 10 anos de carreira.

Outrossim, requer comunicação do feito ao senhor Valtemir Fabrício Freire, na Caixa Postal 191, CEP: 15.010-970, São José do Rio Preto.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A diversão para a população é parte integrante do círculo da vida. Eventos como festas de Rodeio demonstram a verdadeira face dessas grandes realizações. O nosso amigo "Indiana Jones", no decorrer dos seus 10

anos de carreira, vem desempenhando com muito amor a locução das festas, alegrando multidões com sua voz, entretendo o público nos rodeios, com toda sua criatividade e competência. O aplauso do público, confirma o reconhecimento de seu trabalho, figurando dentre os melhores locutores de rodeio do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 3694

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao Colégio Marista de Maringá, representado pelo seu diretor, senhor Luis Adriano Ribeiro, pela inauguração das novas instalações do colégio.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Ilmo. Sr. Luis Adriano Ribeiro, na Rua Marcelino Champagnat, 130, zona 02, CEP: 87.010-430, Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Marista vem, através de seus longos anos de vida, confirmando a sua credibilidade, e amor no ensino a todos seus alunos, mostrando-se sempre empenhado em ensinar a todos seus educandos o verdadeiro modo da educação escola.

Tradição e Qualidade. Através deste binômio o Colégio Marista conseguiu conquistar o seu espaço e se consolida como um dos maiores colégios do Brasil.

Por todo o disposto acima e mais, manifestamos nossa satisfação em parabenizar o colégio pela inauguração de suas novas instalações.

REQUERIMENTO Nº 3685

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao escritor Geronimo de Macedo Molli, pelo lançamento do livro Contraparição, que acontecerá no dia 06 de novembro, na sede do Clube Concórdia em Curitiba.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Portugal, 39, CEP: 80.510.280 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3686

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e similares de Curitiba, alusivo ao Dia Nacional do Hoteleiro a ser comemorado em 09 de novembro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente, senhor Emerson Mubaia Chain Jabur, através de correspondência a ser encaminhada à Alameda Júlia da Costa, 64, Alto São Francisco, CEP: 80.410-070 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3700

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Laboran - Laboratório de Análises Clínicas e Toxicológicas, alusivo ao recebimento do certificado de qualidade da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente, doutor José Stori, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Augusto Severo, 787, CEP: 80.030.240 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3716

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Sociedade Rural do Oeste, alusivos à abertura da 22ª Expovel, que ocorrerá no próximo dia 09 de novembro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente, senhor Valdir Lazarini, através de correspondência a ser encaminhada à BR-277, Km 596, Parque de Exposições de Cascavel, CEP 85.818-660, Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3717

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações a Associação Regional dos Criadores de Bovinos das Raças Leiteiras do Oeste do Paraná - Rural Leite, alusivos à inauguração da sede própria, que ocorrerá no próximo dia 09 de novembro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente, senhor Paulo Roberto Orso, através de correspondência a ser encaminhada à BR-277, Km 600, Parque de Exposições Celso Garcia Cid, CEP: 85.813-550 - Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3727

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, REQUER à Mesa Diretora, ouvido o douto Plenário, o registro em Ata, de votos de congratulações pelo transcurso na data de 09 de novembro, do 25º aniversário de fundação do Lions do Distrito de Santa Felicidade.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Portugal, 39, CEP: 80.510-280 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Lions Club é uma entidade conhecida internacionalmente pela natureza das suas atividades filantrópicas e prestação de serviços às comunidades carentes e, paralelamente, buscando resgatar e reconstruir a dignidade do cidadão sem questionar tendência política, credo, muito menos observando cor de pele ou etnia.

Na composição do respeitável e douto Plenário desta Casa de Leis, vários de seus membros são leonistas, mas todos, unanimemente, conhecem e admiram a magnificência das ações desenvolvidas ao longo dos tempos pelos Lions semeados em quase todos os municípios do nosso Estado.

Há exatamente um quarto de século, o Lions Santa Felicidade cumpre com dedicação, discrição e extremada fraternidade, as finalidades determinadas pelo Lions Internacional, inspiradas por Melvin Jones o seu fundador.

Os moradores de Santa Felicidade, referindo-nos logicamente à camada destituída das benesses da ventura econômica e do acesso à educação, à saúde, ao trabalho e ao lazer, sentem permanentemente, a presença do seu Lions Club na liderança de movimentos e campanhas que acontecem em seus auxílios.

Ao registrar em seus Anais o voto de congratulações pelo transcurso do 25º aniversário da fundação do Lions de Santa Felicidade, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, presta devida e justa homenagem à entidade que dignifica a sua existência, pautada principalmente pela observância da lei que prega o amor e o respeito entre os homens de boa vontade.

REQUERIMENTO Nº 3730

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao presidente da Associação Rural de Paranacity e Cruzeiro do Sul, senhor Juraci Teles de Carvalho, pela organização da Feira e Festa de Rodeio de Paranacity, realizada de 11 a 14 de outubro de 2001.

Outrossim, requer comunicação ao Ilmo. Sr. Juraci Teles de Carvalho, presidente da Associação Rural de Paranacity, ao prefeito de Cruzeiro do Sul, senhor Walde-

mir Natal Marion e o prefeito de Paranacity, senhor Fidelcino da Cruz Pereira.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A diversão para a população é parte integrante do círculo da vida. Eventos como a Feira e Festa de Rodeio de Paranacity demonstram a verdadeira face dessas grandes realizações. Todo o sucesso da Feira vem confirmar o grande prestígio que ela teve, e não poderíamos esquecer da brilhante organização a cargo da Associação Rural de Paranacity e Cruzeiro do Sul, que formularam um ótimo evento que traz para regiões enormes benefícios.

Dessa maneira unindo alegria e seriedade é que parabenizamos o senhor Juraci Teles de Carvalho presidente da Associação, pela bela festa que promoveram.

REQUERIMENTO Nº 3732

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, votos de congratulações, pelo 54º aniversário do município de Ibioporã, comemorando no dia 08 do corrente mês.

Requer ainda, seja dado ciência ao senhor Reinaldo Gomes Ribeiro, prefeito municipal e ao senhor Pedro Luiz Chimentão, presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquela localidade.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3734

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Yvette Moreau, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3735

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Sueli Terezinha Baptista da Cruz, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data

de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3736

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Silvia Regina Vergilio, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3737

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Rosemary Ribas Porto, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3738

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Nelмира Mascarenhas Rabello (Ziza), pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3739

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Nadir Lousada, pela exposição da V Coletiva das Alunas do

Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3740

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Marisa do Rocio Kloczko, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3741

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Mirian Gonçalves Lima Lopes, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3742

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Lucia Pasqualin, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3743

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente

mente REQUERER votos de congratulações a Jussara Zaniolo, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3744

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Julieta Lucia Nadolny, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3745

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Joiclei Maria Botolini Taura, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3746

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Inês Pissinin Belloni, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3747

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Glacy Scheidt Caprilhone, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3748

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Geselia Lima Seidel, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3749

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Dilma Terezinha Teixeira Tortato, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3750

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Dalva Izabel Krüger Vieira, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data

de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3751

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Claudia Belloni Passerino, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3752

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Celia Bernadete de Siqueira, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3753

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Caroline Flores Stratmann, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3754

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Aracy Guimarães Alcântara, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba

Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3755

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Ana Maria Flores Stratmann, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3756

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações a Amanda Bortolini Bailo, pela exposição da V Coletiva das Alunas do Ateliê de Pintura de Maria Alba Brosch na Sociedade Morgenau, sito à Avenida Souza Naves, 945.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 09/11/2001, data de encerramento da exposição, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3759

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Pérola-PR, alusivos à comemoração do 33º aniversário de emancipação política, que ocorrerá no próximo dia 12 de novembro.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à Exma. prefeita municipal, senhora Ana Luzevilde Bianca de Sousa, através de correspondência à Rua do Rosário, 202, CEP: 87.540.000 - Pérola-PR.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 3761

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Floresta-PR, alusivos à comemoração do 40º aniversário de emancipação política, que ocorrerá no próximo dia 18 de novembro.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Exmo. prefeito municipal, senhor José Roberto Ruiz, através de correspondência à Avenida Getúlio Vargas, 445, CEP: 87.120.000 - Floresta-PR.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 3780

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Prefeitura Municipal de Pato Branco e à Comissão Central Organizadora, pela brilhante organização e realização do evento 8ª Expopato - Exposição Feira Agropecuária Industrial e Comercial de Pato Branco, no período de 10 a 18 de novembro de 2001, no Centro de Eventos, município de Pato Branco-PR.

Do aprovado requer ainda se dê ciência através de correspondência ao prefeito municipal de Pato Branco, senhor Clóvis Padoan no endereço: Rua Caramuru, 271 - CEP: 85.501.070 - Pato Branco-PR e ao presidente da Comissão Central Organizadora do evento, senhor Gilmar Arcari.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A 8ª Expopato, já consagrada como uma das maiores feiras de negócios do Paraná, está sendo realizada no período de 10 a 18 de novembro de 2001, no Centro de Eventos, município de Pato Branco, e pretende reunir um público recorde de mais de 150 mil pessoas, além de expositores do Brasil e países vizinhos.

O sucesso do evento está fundamentado em fatores como: a estrutura: pronta para atender a expectativa dos expositores e visitantes; a organização: exemplar em todos os setores; qualidade e variedade nas raças de pequenos e grandes animais apresentados em leilões; feira de sabores: apresentando produtos da fábrica do agricultor produzidos pela agricultura familiar de Pato Branco e demais municípios do Sudoeste do Paraná, produtos em exposição e disponíveis para comercialização; mega shows, além de inúmeras atrações para o público infantil.

Com o presente requerimento parabenizamos a Prefeitura Municipal de Pato Branco, Comissão Organizadora, expositores e demais entidades envolvidas, as

quais promoveram e abrilhantaram esse importante evento do município, que tem como objetivo divulgar e incentivar o comércio da região, atividades agropecuárias e industriais, e oferecer ao público as novas tendências e tecnologias dos produtos e serviços que nortearão os rumos do mercado dos próximos anos.

REQUERIMENTO Nº 3781

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Planalto em comemoração aos 38 anos de emancipação política do município comemorado ontem dia 11 de novembro de 2001.

Do aprovado requer ainda, se dê ciência ao prefeito municipal de Planalto, senhor Nelson Lauro Luersen, parabenizando-o também pela brilhante administração, no endereço: Prefeitura Municipal de Planalto, Praça São Francisco de Assis, 1583 CEP 85.750-000 - Planalto-PR.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A região onde se localiza o município de Planalto começou a ser efetivamente ocupada a partir da década de 40, por colonos gaúchos e catarinenses que reproduziam ali sua agricultura mercantilizada, com base na pequena produção familiar.

Os colonos que se estabeleceram nesta localidade eram de etnias diferentes, principalmente alemães e italianos, que no início se dedicaram ao plantio de subsistência e à criação de suínos e galinhas. Criado através da Lei Estadual 4731, de 24 de junho de 1963, e instalado em 11 de novembro do mesmo ano, foi desmembrado de Capenema.

REQUERIMENTO Nº 3782

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Dois Vizinhos em comemoração aos 40 anos de emancipação política do município comemorado ontem dia 28 de novembro.

Do aprovado requer ainda, se dê ciência ao prefeito municipal de Dois Vizinhos, Padre Lessir Bortuli,, parabenizando-o também pela brilhante administração, no endereço: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Avenida Rio Grande do Sul, 130 - CEP 85.660-000 - Dois Vizinhos-PR.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O município de Dois Vizinhos foi criado através da Lei Estadual nº 4245, de 25 de julho de 1960, e instalado

em 28 de novembro de 1961, foi desmembrado de Pato Branco.

As primeiras investidas do homem na região onde situa-se o município de Dois Vizinhos datam de 1938, quando colonos vindos do sul chegaram na localidade. Um dos pioneiros observou que dois afluentes do Rio Chopin, um à margem esquerda e outro à margem direita, tinham o mesmo desembocadouro, dando origem então à denominação de “Dois Vizinhos”. Com exceção de um grupo de poloneses, que se instalaram por volta de 1950, a maioria da população de Dois Vizinhos é de origem italiana.

REQUERIMENTO Nº 3784

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Paulo Frontin pela passagem, no próximo dia 14/12, de seus 49 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Atilio Pianaro Angelo, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Beco Briginiski, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na ocasião em que o município de Paulo Frontin comemora seus 49 anos de emancipação política, prestamos nossa sincera homenagem a toda a população pelo trabalho e dedicação com que vem lutando pelo progresso do município.

Apesar das dificuldades que todos estão enfrentando devido à crise vivida pelo País nos últimos tempos, em Paulo Frontin povo e administração num verdadeiro espírito de companheirismo e lealdade, batalhando em favor do bem comum.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, uma vez mais renova sua gratidão e reconhecimento a toda a população de Paulo Frontin, que está sempre presente com sua ajuda, pois sem ela não há crescimento.

REQUERIMENTO Nº 3785

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de General Carneiro pela passagem, no próximo dia 19 de novembro, de seus 40 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Joelcy Marcos Lammel, pre-

feito municipal, ao vice-prefeito, senhor Juarez Vicente Martins Ferreira, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O município de General Carneiro que no próximo dia 19 de novembro estará comemorado mais um aniversário de sua emancipação política, tem à frente de seus destinos o prefeito Joelcy Marcos Lammel, o vice-prefeito, senhor Juarez Vicente Martins Ferreira e todos os senhores vereadores, pois unidos não medem esforços nunca esmorecendo frente às dificuldades surgidas e que são muitas, porém lutando e dando provas de que com trabalho e dedicação, irmanados nos mesmos propósito por melhores condições de vida para toda a população, serão vencedores.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, renova sua gratidão e reconhecimento a todos, na certeza de que continuarão na luta em favor do bem comum.

REQUERIMENTO Nº 3786

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Paulo Frontin pela passagem, no próximo dia 15.11.2001, de seus 131 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Ary Siqueira, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Antonio Bossi, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com grande júbilo toda a população de Rio Negro estará comemorado o transcurso de seus 131 anos de emancipação política e temos certeza, festivamente.

Nesta significativa data toda a população de Rio Negro é digna de nossa admiração e respeito pelo eficiente trabalho desenvolvido em prol do constante progresso do município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, parabeniza o povo sincero e amigo de Rio Negro que continua dando o melhor de seus esforços pelo bem comum.

Que o município de Rio Negro continue prosperando e produzindo os frutos almejados são os nossos votos, para galardão de seus administradores e felicidades de toda a população.

REQUERIMENTO Nº 3787

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, integrante da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao prefeito, senhor Miguel Bayerle, e aos coordenadores, senhor Charles Alencar Becker e senhor Írio Vendrúsculo, pela excelente organização e sucesso da 7ª Festa Internacional do Dourado no Carrossel, realizada nos dias 09, 10, e 11 de novembro no município de Itaipulândia.

Trata-se de importante evento, que movimentou toda a região Oeste e contribuiu para o desenvolvimento econômico do município e região.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 3788

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, integrante da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao jornal A Gazeta do Iguaçu do município de Foz do Iguaçu, na pessoa do diretor-presidente, senhor Ermínio Gatti, pelo 14º aniversário de fundação.

Trata-se de importante meio de comunicação, cuja história se confunde com a história do Oeste do Paraná, que ao longo deste tempo vem fazendo um jornalismo sério e voltado à divulgação dos fatos na forma que realmente eles ocorrem, e de forma democrática abrindo espaço a todas correntes de opinião.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 3797

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao município de Floresta, pelo 40º aniversário de emancipação política, a ser comemorado no próximo dia 18.

Requer ainda, que se dê ciência ao senhor José Roberto Ruiz, prefeito municipal, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Getúlio Vargas, 445 - CEP 87120-000 - Floresta-PR.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 3690

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Banco da Mulher, pela inauguração de sua nova sede e ampliação no atendimento ao microempresário.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

No último dia 29 de outubro o Banco da Mulher inaugurou sua nova sede em Curitiba. Agora localizado na Praça Carlos Gomes, as amplas e modernas instalações passarão a atender como Banco do Pequeno Empreendedor - novo nome do Banco da Mulher, que tem por objetivo amparar o microempresário, micros e pequenos empreendedores, formais ou informais, com atividades em Curitiba e Região Metropolitana há mais de seis meses.

As atividades do Banco da Mulher se revestem de grande importância na atual conjuntura sócio-econômica do País, considerando que possibilita empréstimo rápido, o que dará condições para que muitos possam entrar ou manter-se no mercado de trabalho.

Pela inauguração de sua nova sede e ampliação de atendimento, receba o Banco da Mulher, através de sua presidente - senhora Eliane Biazetto (Rua XV de Novembro, 621 - S-511 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3691

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Morretes, pela comemoração de seus 268 anos.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Morretes está completando seus 268 anos. Fundado em 1721, quando o ouvidor Rafael Pires Pardini determinou que a Câmara Municipal de Paranaguá demarcasse 300 braças em quadra local, onde seria a futura povoação de Morretes, para 31 de outubro de 1733, a mesma Câmara determinou a demarcação de terras.

O primeiro morador da região foi João de Almeida. Em meados do século XVIII, mudou-se para o povoado de Morretes o capitão Antônio Rodrigues de Carvalho e sua esposa, dona Maria Gomes Setúbal, construindo ali uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Porto e Menino Deus dos Três Morretes.

Da construção da capela para cá muito aconteceu, mas Morretes continua bela e histórica. Localizada a 68 quilômetros de Curitiba, a cidade se destaca principalmente pela sua arquitetura colonial e belezas naturais que a cercam, como a Serra do Mar, Floresta Atlântica, rios e Planícies litorânea. Além disso, a tradicional gastronomia, em particular o barreado típico do litoral, atrai sempre milhares de turistas de todos os lugares. Morretes é famosa também pelas cachaças, produzidas na cidade, com destaque para a de banana, e os doces artesanais, além dos peixes e frutos.

Estar em Morretes é um verdadeiro prazer, mas chegar até ela também deleita os que para lá vão, já que o percurso pode ser feito pela estrada de ferro, centenária, que liga Curitiba a Paranaguá e oferece um dos mais belos passeios pela serra paranaense. Inaugurada em 1885, a ferrovia tem um traçado que vence 900 quilômetros de altitude, atravessa 14 túneis e cruza diversas pontes sobre abismos. Outra e não menos bela opção é a Estrada da Graciosa. Seu traçado sinuoso foi, no passado, um importante meio de ligação entre o Litoral e Curitiba e hoje preserva sinais da história da colonização do Paraná.

Morretes tem atualmente cerca de 15.200 habitantes, que vivem sobretudo da agricultura e do turismo. Quase toda a plantação do município é empregada na confecção de produtos para a venda, que é feita junto com o artesanato, também muito famoso.

A cidade é muito acolhedora. Os habitantes, de hábitos simples, deixam os visitantes à vontade e sair de Morretes é levar saudades. Parabéns ao Município e seus habitantes.

Pela comemoração de seus 268 anos de fundação receba a cidade de Morretes, através de sua prefeitura municipal - Munira Peluzo (prefeita municipal de Morretes - Rua Conselheiro Sinimbu, 50 83350-000 - Morretes/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3793

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Metalúrgica Bosch, pela comemoração de seus 15 anos.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Metalúrgica Industrial Bosch está comemorando 15 anos de existência.

A empresa produz equipamentos sob encomenda, podendo ser com engenharia própria ou dos clientes. A Bosch atua em diversos segmentos, como papel e celulose, químico e petroquímico, alimentício, saneamento, farmacêutico, termelétrico, hidrelétrico e siderúrgico. Além de fabricação, a empresa também presta serviços de montagem.

A Metalúrgica Bosch, fundada em 1986 com propósito inicial de atuar em manutenção industrial e de equipamentos agrícolas, tendo como recursos principal um torno mecânico e algumas ferramentas auxiliares. Denominada inicialmente como Tornearia Industrial Bosch e possuindo em seu quadro de funcionários apenas três irmãos e mais 2 ajudantes, executou seu primeiro serviço recuperando um carretel para uma empresa local.

Em 1990 a Bosch fez seu primeiro grande investimento, construindo prédio próprio com parte dos recur-

sos próprios e parte através de empréstimo junto ao Badep, mudando para Metalúrgica Industrial Bosch.

Destas antigas lembranças até os dias de hoje, muita coisa mudou e atualmente a empresa é uma das principais geradoras de empregos na cidade e continua acreditando nos destinos do Brasil, buscando novas tecnologias e tendo como meta o constante crescimento, destinando parte de seu faturamento na manutenção, atualização e modernização de seu parque fabril.

Pela comemoração de seus gloriosos 15 anos, receba a Metalúrgica Bosch (Rodovia do Xisto - BR-476, Km 62,5 - Lapa/PR), através de sua diretoria, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3794

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Grupo "Pela Vidda", pela comemoração de seus 11 anos de existência.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Pela Vidda está comemorando seus 11 anos de existência. Fundado em 1990, o Grupo Pela Valorização, Integração, Dignidade do Doente de Aids está integrado aos demais 5 grupos (Cascavel, Curitiba, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Região Metropolitana de Curitiba) que são ONG'S privadas sem fins lucrativos e que realizam ações baseadas no trabalho voluntário, fundamentado na solidariedade.

É um grupo de pessoas vivendo com HIV/Aids, seus amigos e familiares, mas que não restringe a participação de pessoas soropositivas para o HIV. Organizou-se como uma entidade em defesa dos direitos humanos e sua existência é mantida por pessoas que se sentem motivadas a participar da luta pela cidadania. Já participaram das atividades do Grupo cerca de 20.000 pessoas permanentemente envolvidas com as atividades da entidade. Os objetivos iniciais do Grupo têm sido plenamente alcançados em todos estes anos de trabalho.

O Grupo Pela Vidda não está vinculado a nenhuma instituição de ordem religiosa, médica e terapêutica ou a política partidária. Ali considera-se fundamental o acompanhamento crítico das políticas governamentais em relação à saúde. Enquanto agente de uma visão de mundo, o Grupo Pela Vidda procura evidenciar a situação específica das pessoas que vivem com o HIV/Aids. Esta visão atrai imediatamente pessoas infectadas pelo vírus, atualmente 80% dos integrantes do Grupo. Procura-se preservar a identidade das pessoas que ali participam, (não sendo confundido com clandestinidade), não sendo vetada a sua necessidade de expressão pública.

O Grupo mantém uma agenda semanal de atividades, além de fornecer informações através de impressos, boletins, carta, etc. e fornece também um serviço de aten-

dimento telefônico. São promovidos debates, encontros, seminários, e conferências para atualizar os conhecimentos sobre a doença e a epidemia. Mantém-se também na sede um serviço de orientação jurídica.

Pela importância do seu trabalho e pela comemoração de seus gloriosos 11 anos de existência receba o Grupo Pela Vidda (Rua Carneiro Lobo, 35 - Água Verde - 80240-240 - Curitiba/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3795

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Brasileira de Odontologia, pela comemoração de seus 82 anos.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Odontologia-Paraná comemorou em data de 09 de novembro seus 82 anos de existência.

Em 1919, um grupo de 26 cirurgiões dentistas, pioneiros em uma profissão que era privilégio de poucos, criou a Sociedade Paranaense de Odontologia cuja fundação deu-se em 09 de novembro de 1919. Em 1939, 20 anos depois, nascia a Associação dos Cirurgiões Dentistas do Paraná, resultante de uma fusão da Sociedade Odontológica com o Sindicato Odontológico do Paraná. Passaram-se 27 anos e em 1966, uma assembléia permanente que durou 10 dias, transformou a Associação dos Cirurgiões Dentistas em Associação Brasileira de Odontologia-Seção Paraná, entidade que não parou de crescer.

De lá para cá muita coisa mudou.

Hoje a ABO-PR é uma das mais modernas e atuantes entre as congêneres espalhadas pelo País, graças ao desempenho das diretorias que se sucedem ao longo destes anos e o apoio dos profissionais da odontologia do Paraná.

Nós últimos anos a ABO-Paraná foi marcada por substanciais transformações. A aquisição de terrenos limítrofes que proporcionaram o aumento na sede que hoje abriga a parte administrativa e a Escola de Aperfeiçoamento.

A ABO- Paraná é atualmente modelo nacional em termos de organização funcional, onde são ofertados cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização, palestras e conferências científicas e de outras áreas. Estão abrigados na sede da ABO-Paraná também o Museu odontológico e Academia Paranaense de odontologia.

Pela comemoração de seus gloriosos 82 anos de fundação, receba a Associação Brasileira de Odontologia-Paraná (Rua Dias da Rocha Filho, 625 - Centro Curitiba/PR), através de seu presidente, doutor Roberto

Eluard da Veiga Cavali, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3799

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam encaminhados ao jornal A Gazeta do Povo, de Foz do Iguaçu, votos de congratulações pelos 13 anos de circulação.

O jornal A Gazeta do Iguaçu começou a circular em 1988, fruto do crédito que empresários de Foz do Iguaçu depositaram na cidade e seu potencial de desenvolvimento.

A aposta mostrou-se promissora. Hoje, a Gazetinha é o jornal mais lido na sua região de abrangência e o mais antigo em circulação na cidade. Diariamente o jornal mostra sua força, sendo leitura obrigatória de milhares de pessoas.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, parabenizar a diretoria e funcionários deste valoroso jornal e tornar público o reconhecimento desta Casa a quem, de forma meritória, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 3704

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização à Adetec- Associação de Desenvolvimento Tecnológico de Londrina, pelo evento Novembertech - Festival de Tecnologia. Sem dúvida é um evento que muito contribuirá para que Londrina torne-se um pólo de tecnologia.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Adetec - Associação de Desenvolvimento Tecnológico de Londrina - Att. Sr. Tadeu Felismino - presidente, Av. Santos Dumond, 505 conjunto 204 CEP 86039-090 - Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 3729

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, apoio às reivindicações baseadas na "Carta de Belém" junto à Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos do Estado do Paraná, representado pelo seu presidente, Sr. Elídio Donizete Rodrigues.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Ilmo. Sr. Elídio Donizete Rodrigues, presidente da Sociedade

Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Paraná, merece apoio tendo em vista as reivindicações formuladas no XII Congresso Nacional de Entidades Representativas de Subtenentes e Sargentos realizado na cidade de Belém, Estado do Pará, nos dias 20 a 22 de setembro de 2001.

Deste congresso resultou a Carta de Belém. A presente carta traz algumas reivindicações dentre elas uma esperança no sentido de que sejam corrigidas algumas injustiças sofridas pela Polícia Militar.

Levando-se em consideração que a discussão reflete diretamente na Segurança Pública, item primordial no andamento harmonioso do Estado, estamos requerendo apoio a esta Sociedade.

REQUERIMENTO Nº 3695

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário seja enviado ao senhor presidente do Superior Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio de Mello, com cópia aos senhores senadores da República Roberto Requião, Álvaro Dias e Osmar Dias, assim como a todos os deputados federais que representam o Estado do Paraná, solicitação de apoio visando a criação de Tribunal Regional Federal no Paraná.

É de grande importância para a aplicação da justiça, a descentralização dos órgãos de julgamento. É sabido que dos 140.000 processos anuais apreciados no Tribunal Regional Federal, com sede em Porto Alegre, mais de 50 mil são encaminhados a partir do Paraná.

De outra, pelo fato de serem a segunda instância dos processos que tramitam na Justiça Federal, os Tribunais Regionais Federais, são órgãos com natureza de reexame de qualquer decisão das varas federais, hoje com jurisdição ampliada em função das novas funções emanadas pela Constituição: são questões nas áreas tributárias federais, diversas espécies de delitos, ou outro assunto jurídico de competência federal.

O âmbito de atuação, o volume de processos e a distância geográfica, são elementos testificados da necessidade e importância de um Tribunal Regional Federal no Paraná, disponibilizando desta forma a justiça para todos os cidadãos.

É um sentimento de todos os paranaenses que há muito têm insistido nesta possibilidade de ter instalado em seu solo o órgão judiciário de tamanha importância na solução de lides e no exercício do direito e da justiça.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3703

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Exmo.Sr. Desembargador Roberto Pacheco Rocha, DD. Presidente do egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, solicitando que determine o encaminhamento a esta Casa de Leis, cópia integral do processo de prestação de contas da coligação Movimento Curitiba Sempre com Você referente ao ano de 2000 nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Folha de São Paulo de hoje, traz contundente matéria a respeito de supostas omissões no processo de prestação de contas da coligação Movimento Curitiba Sempre Com Você, das eleições municipais do ano de 2000, nesta Capital.

As notícias são graves e necessitam ser urgentemente esclarecidas.

Assim sendo, não pode esta Assembléia Legislativa omitir-se nesse delicado momento, sob pena de ser cobrada pela população paranaense, sobre assunto tão importante.

REQUERIMENTO Nº 3712

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Dr. Marco Antonio Teixeira, procurador-geral da Justiça, solicitando informações sobre possível procedimento investigatório instaurado pelo Ministério Público Estadual contra o Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3714

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Comandante do policiamento do Interior, coronel Justino Sampaio Filho, solicitando gestões para implantação de Comando Independente da Polícia Militar em Marechal Cândido Rondon.

Requer ainda que se de ciência aos vereadores Ário Pedro Martiny, Pedro Rauber, Oladir Turmina e Ilário Hofstaetter de Marechal Cândido Rondon, através de correspondência oficial desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Atualmente a Polícia Militar de Marechal Cândido Rondon, está subordinada ao 14 BPM de Foz do Iguaçu,

estando assim com material humano e equipamentos reduzidos.

É notório o acentuado crescimento que Marechal Cândido Rondon vem tendo nos últimos anos, principalmente em termos populacionais na área urbana, o que em consequência contribui para o aumento de delitos.

É necessário que o Estado adote medidas que venham a atenuar os problemas verificados no dia-a-dia das populações em termos de segurança pública, sendo assim nossa medida plenamente justificável.

Com a implantação de um comando independente estariam criadas as condições para o fortalecimento de um efetivo humano da Polícia Militar no referido município, além de melhorar condições de aparelhamento, item primordial para uma boa prestação de serviço na área de segurança pública.

REQUERIMENTO Nº 3715

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao presidente da Cohapar, senhor Rafael Dely, solicitando gestões para construção de mais casas populares em Marechal Cândido Rondon.

Requer ainda que se dê ciência aos vereadores Ário Pedro Martiny, Pedro Rauber, Oladir Turmina e Ilário Hofstaetter, de Marechal Cândido Rondon, através de correspondência oficial desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação visa atender a população com menor poder aquisitivo do município de Marechal Cândido Rondon.

A construção das casas populares através da Cohapar, pelo sistema de auto-construção, beneficiará desta forma, diversas famílias carentes que ainda não têm sua casa própria.

REQUERIMENTO Nº 3720

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, senhor Claudir Justi, ao vice-prefeito municipal senhor Gerson Boldrini e ao presidente da Câmara de Vereadores, senhor Milton José Oro, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, a ocorrer no dia 30 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário do município de Laranjeiras do Sul, deve ser registrado sob o signo da emoção, ao lado do reconhecimento por tudo o que representa aquele aconchegante pedaço de chão, para o território

paranaense. O bom povo laranjeirense, ao longo das décadas, tem contribuído significativamente com o progresso do nosso Estado. Este lendário município, não é reconhecido apenas pela sua rica história do passado, mas também pelo seu presente que é marcado pelo trabalho e crença num futuro promissor.

É justo que a Assembléia Legislativa some-se ao contentamento dos habitantes de Laranjeiras do Sul pela importante data que é o dia 30 de novembro, oportunidade em que a cidade comemora 55 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 3722

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à senhora Carolina Batistão, prefeita municipal de Wenceslau Braz, ao vice-prefeito municipal senhor Dorival Carneiro e ao presidente da Câmara de Vereadores, senhor Atayde dos Santos Júnior, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, a ocorrer no dia 26 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário do município de Wenceslau Braz deve ser registrado sob o signo da emoção ao lado do reconhecimento por tudo o que representa aquele pedaço de chão para o território paranaense. Habitado por gente ordeira e trabalhadora, o município tem se notabilizado por uma agricultura forte composta de homens e mulheres que da terra tiram o sustento para várias famílias deste Estado e fora dele, superado as muitas dificuldades que atormentam a vida dos agricultores.

A meu modo de ver, é justo felicitar os Wenceslau Braz e extensivamente os seus munícipes pelo aniversário da cidade.

É uma maneira carinhosa de demonstrarmos o nosso orgulho em poder tê-los enraizados no nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 3723

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Padre Lecir Bortoli, prefeito municipal de Dois Vizinhos, ao vice-prefeito municipal senhor Tadeu Zanella e ao presidente da Câmara Municipal, vereador, José Luiz Gabriel Favetti, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, a ocorrer no dia 28 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário do município de Dois Vizinhos, deve ser registrado sob o signo da emoção ao

lado do reconhecimento por tudo o que representa aquele pedaço de chão para o território paranaense. Habitado por gente ordeira e trabalhadora, o município tem se notabilizado por uma agricultura forte composta de homens e mulheres que da terra tiram o sustento para várias famílias deste Estado e fora dele, superado as muitas dificuldades que atornem a vida dos agricultores.

A meu modo de ver, é justo felicitar os Dois Vizinhos, e extensivamente os seus munícipes pelo aniversário da cidade.

É uma maneira carinhosa de demonstrarmos o nosso orgulho em poder tê-los enraizados no nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 3724

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao presidente da Câmara Municipal de Cafelândia, vereador Valdir Andrade da Silva, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, a ocorrer no dia 25 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário do município de Cafelândia deve ser registrado sob o signo da emoção ao lado do reconhecimento por tudo o que representa aquele pedaço de chão para o território paranaense. Habitado por gente ordeira e trabalhadora, o município tem se notabilizado por uma agricultura forte composta de homens e mulheres que da terra tiram o sustento para várias famílias deste Estado e fora dele, superado as muitas dificuldades que atornem a vida dos agricultores.

A meu modo de ver, é justo felicitar os Cafelândia e extensivamente os seus munícipes pelo aniversário da cidade. É uma maneira carinhosa de demonstrarmos o nosso orgulho em poder tê-los enraizados no nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 3725

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Raimundo Corti, prefeito municipal de São Jorge D'Oeste, ao vice-prefeito municipal senhor Julio Bariantos e ao presidente da Câmara municipal vereadores, senhor Valmir Agostinho Sangaletti, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, a ocorrer no dia 23 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário do município de São Jorge D'Oeste deve ser registrado sob o signo da emoção

ao lado do reconhecimento por tudo o que representa aquele pedaço de chão para o território paranaense. Habitado por gente ordeira e trabalhadora, o município tem se notabilizado por uma agricultura forte composta de homens e mulheres que da terra tiram o sustento para várias famílias deste Estado e fora dele, superado as muitas dificuldades que atornem a vida dos agricultores.

A meu modo de ver, é justo felicitar os São Jorge D'Oeste e extensivamente os seus munícipes pelo aniversário da cidade.

É uma maneira carinhosa de demonstrarmos o nosso orgulho em poder tê-los enraizados no nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 3776

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao presidente da Câmara municipal de Vitorino vereador Vilson Forgearini, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, a ocorrer no dia 29 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário do município de Vitorino. deve ser registrado sob o signo da emoção ao lado do reconhecimento por tudo o que representa aquele pedaço de chão para o território paranaense. Habitado por gente ordeira e trabalhadora, o município tem se notabilizado por uma agricultura forte composta de homens e mulheres que da terra tiram o sustento para várias famílias deste Estado e fora dele, superado as muitas dificuldades que atornem a vida dos agricultores.

A meu modo de ver, é justo felicitar os Vitorino e extensivamente os seus munícipes pelo aniversário da cidade.

É uma maneira carinhosa de demonstrarmos o nosso orgulho em poder tê-los enraizados no nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 3726

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao presidente da Câmara Municipal de Palmital, vereador João Maria Pereira, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, a ocorrer no dia 15 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O dia 15 de novembro é não só uma data histórica para o Brasil como também para o município de Palmital que comemora a sua emancipação política conquistada à

custa de muito sacrifício. Após a sua independência, o município foi dia-a-dia consolidando-se e abrindo trincheiras rumando ao progresso. A população lá residente soube com maestria superar as dificuldades e delas tirou lições para o crescimento da cidade, hoje visível o olho nu. Palmital é exemplo de que municípios administrados com critérios, justificam o sonho acalentado por dezenas de Distritos que almejam suas emancipações. O contentamento da população palmitalense por esta importante data, deve ser registrada nos Anais desta Casa e devemos felicitá-la em retribuição ao nosso orgulho por estarem inseridos em solo paranaense.

REQUERIMENTO Nº 3733

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à prefeita municipal de Guaraniaçu, senhora Ana Noeli dos Santos, ao vice-prefeito, senhor Blamir Francisco Bortoli, ao prefeito da Câmara Municipal, vereador Clayton Ogibowski e à Rádio Guaraniaçu, com votos de congratulações pelo aniversário do município que ocorrerá no dia 14 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Já é de longa data a minha convivência com a boa gente do município de Guaraniaçu. Ao longo deste período pude constatar de perto o seu progresso, obtido às custas da dedicação e do árduo trabalho da população lá residente. recebi sempre dos guaraniaçuanos expressivas votações nos pleitos que disputei e em retribuição pude modestamente contribuir com o município. Podemos afirmar que Guaraniaçu é sinônimo de luta comandada por homens e mulheres que acreditam sempre num futuro promissor.

Falar de Guaraniaçu é lembrar dos agricultores com os rostos vincados pelo sol inclemente ou ainda machucados pelo frio intenso. É recordar campos verdejantes contendo o plantio de safras que ultrapassam fronteiras para saciar a fome de irmãos esparramados neste Estado e fora dele. É guardar frescas na memória imagens de uma gente ordeira que cumpre à risca as letras garrafais contidas no manto sagrado que á a bandeira brasileira "Ordem e Progresso".

Enfim, Guaraniaçu, merece o nosso respeito e o seu aniversário deve ser registrado sob o signo da emoção ao lado do reconhecimento por tudo o que o município tem feito pelo nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 3764

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido

de atender ao pedido dos moradores residentes à Rua São João Batista - Jardim Nossa Senhora de Fátima - Bairro Alto de Cruz - município de Colombo, que, através de abaixo-assinado anexo, solicitam a implantação de rede de esgoto nessa rua. A situação encontra-se crítica no local, o esgoto corre à céu aberto, causando inúmeros transtornos para os moradores, inclusive problemas de saúde. Pede urgência no atendimento do presente.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o senhor Charles Antonio de Oliveira, pelo telefone 663-6687.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3765

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Carmelina Cavassin, proximidades do nº 1.085 - Bairro Abranches, onde existe uma cancha de esportes, a qual à noite fica muito escura e que está servindo de encontro de desocupados, causando medo e apreensão aos moradores locais.

Os moradores pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3772

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a presidente da Telepar Brasil Telecon, senhora Carla Cicco, solicitando melhorias nas linhas telefônicas do município de São José das Palmeiras.

Requer ainda que se de ciência aos vereadores da Câmara Municipal de São José das Palmeiras, através de correspondência oficial desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz devido a várias reclamações dos moradores do referido município, que encontram dificuldades nas realizações das chamadas telefônicas, tanto locais como interurbanas, ficando muitas vezes sem comunicação com muitos municípios.

REQUERIMENTO Nº 3783

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a todos os senhores senadores e deputados federais da Bancada paranaense,

sobre a pretensão do Governo em aumentar os descontos da tabela dos Impostos de Renda de pessoa física.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Imposto de Renda de pessoa física é uma disparidade com o de pessoas jurídicas. Agora o Governo encaminhou mensagem ao Congresso modificando a tabela atual, que, além da correção da tabela do Imposto de Renda da pessoa física, pretende aumentar os limites de descontos legais, provocando diversas disparidades existentes no modelo atual que já é altíssimo para pessoa física, com isso agravando sensivelmente a injustiça social.

Continuamos entendendo que salário não é renda. Para que prevaleça o respeito integral ao contribuinte, sem as transgressões que possam denegrir a sua imagem como pessoa física, confiamos nos nossos representantes no Congresso Nacional, em que nas etapas subseqüentes poderão colher subsídios suficientes para resultados dessa batalha, cujo assunto é o foco das preocupações de toda a sociedade.

REQUERIMENTO Nº 3789

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governo do Estado do Paraná, solicitando que sejam tomadas providências, referente ao poço artesiano da Vila Rural Félix Lerner, bairro São Francisco do município de Toledo.

Segundo informações enviadas a este parlamentar juntamente com um abaixo assinado, o referido poço foi perfurado em 1996 e ainda não possui instalações.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 3773

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja expedida correspondência ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando do mesmo a análise da situação do Hospital de Santa Cecília do Pavão, cuja hipótese de fechamento está movimentando a comunidade daquele município e cidades polarizadas, auxiliando com recursos para a manutenção daquele hospital.

Recentemente, a Folha do Paraná divulgou matéria mostrando as dificuldades que enfrenta o Hospital de Santa Cecília do Pavão, que funcionava há vinte e sete anos e além daquele município, também atende doentes vindos de Nova Santa Bárbara.

Apesar do quadro de funcionários ser pequeno, dez (10) funcionários, o hospital, cujo trabalho é essencial para a comunidade de Santa Cecília do Pavão e municí-

pios adjacentes, está passando por sérias dificuldades financeiras.

A previsão é para que as atividades do hospital se estendam apenas até 31 de dezembro do corrente ano, com a ajuda da prefeitura municipal, que pretende suprir as necessidades de alimentação.

Contudo, a população de Santa Cecília do Pavão necessita da colaboração do Governo do Estado, para que o serviço essencial prestado pelo hospital não seja interrompido.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3800

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja expedida correspondência ao senhor Renato Navarro Guerreiro, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, solicitando do mesmo informações sobre quais os distritos de municípios e regiões metropolitanas que ainda têm tarifas conurbadas, no Estado do Paraná.

Cabe salientar que há muitas reclamações de moradores de municípios que, residindo em distritos, são obrigados a pagar ligações telefônicas conurbadas, gerando altas contas telefônicas em razão desse fato.

A Telepar, ainda no ano de 2001, recebeu autorização da Anatel para efetuar a cobrança de tarifa local em cidades da Região Metropolitana de Curitiba. Considerando o benefício, a empresa contava com o aumento da demanda para compensar a perda de receita.

Contudo, ainda há distritos de municípios do interior do Paraná que continuam com os mesmos problemas e a população cobra uma resposta da referida agência reguladora.

A tarifa conurbada chega a ter custo três vezes maior que a tarifa local e esse valor onera sobremaneira os orçamentos domésticos e também de empresas situadas nas regiões abrangidas pelo sistema.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3779

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de ofício ao doutor Jorge Jardim, diretor-presidente da Brasil Telecom, solicitando, com urgência urgentíssima, a execução do plano de expansão de linhas telefônicas no município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O pedido, objeto do presente documento, já foi encaminhado por esta Assembléia, meses atrás, sem que

se registrasse qualquer manifestação por parte da empresa requerida.

Como a maioria dos municípios paranaenses, em que pese sua importância no processo de desenvolvimento sócio-econômico do Estado, Santa Isabel do Ivaí também carece de mecanismos para alavancar os seus negócios e, sem dúvida alguma, a comunicação é o instrumento indispensabilíssimo neste contexto.

Fomos informados por vereadores daquela cidade que o Brasil Telecom havia se comprometido a aumentar o número de ramais telefônicos ainda no mês de julho, o que não aconteceu até a data de hoje, motivo deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 3701

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações ao chefe da Casa Civil do Executivo Estadual, senhor Alcení Guerra, solicitando o que segue:

01 - Há poucos dias, o governador Jaime Lerner embarcou para os Estados Unidos da América. Qual a data específica?

02 - Quantas pessoas acompanharam o governador nesta viagem e quais suas funções na comitiva? Especificar, funcionários e cargos.

03 - As despesas decorrentes dessa viagem foram pagas com recursos públicos ou não? Especifique a fonte do órgão público pagador, ou empresa, além do valor das despesas da viagem.

04 - Quais os assuntos que foram tratados nesta viagem feito pelo chefe do executivo e sua comitiva aos Estados Unidos e quanto tempo durará a mesma?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 135 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 3702

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de pedido de informações ao secretário de Estado do Governo, senhor José Cid Campelo Filho, solicitando o envio de cópia de todo o processo licitatório que envolveu a concessão dos serviços de videoloteria no Estado do Paraná, contendo editais, normatização entre outros, e que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

01 - Envio de cópia de todo o processo licitatório que envolveu a concessão dos serviços de videoloteria no Estado do Paraná, contendo editais, normatização entre outros.

02 - Quais as empresas inscritas que participaram da concorrência pública, para exploração dos serviços de videoloteria no Estado do Paraná?

03 - A Empresa Larami Diversões e Entretenimento, vencedora do certame, apresentou as especificações técnicas exigidas no processo em questão?

Quantos anos de experiência de mercado tem a empresa vencedora?

05 - Quem são os proprietários das empresas Larami e Boldt e qual a participação da senhora Fernanda Macedo Pereira Guimarães na direção das mesmas?

06 - Qual o grau de parentesco entre a senhora Fernanda Macedo Pereira Guimarães e o senhor Eduardo Lopes Pereira Guimarães?

07 - Das 27 empresas inscritas no certame somente três permaneceram até o fim do processo. Qual a razão de tais deserções?

08 - Porque a indispensável regulamentação só foi estabelecida após anunciada a empresa vencedora do certame?

09 - Quais as empresas que formam o consórcio fornecedor das máquinas de videoloteria para a Larami Diversões e Entretenimento?

10 - Quem são seus proprietários e respectivos representantes legais?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 135 do regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 3774

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ouvido o Plenário, REQUEREM envio de expediente à Secretaria de Estado de Segurança Pública e à Secretaria de Estado da Casa Civil, solicitando informações com relação ao processo de informatização do Detran, nos quesitos abaixo anunciados:

1) Qual a empresa vencedora da licitação e prestadora dos serviços de informatização desde 1995 e quais são as atividades desenvolvidas que a Celepar não teria condições de executar?

2) Por que a Celepar foi por inúmeras vezes chamada a colaborar com a empresa vencedora na implantação do sistema Detran/PR?

3) A justificativa da época era de investir para diminuir custos, então quais são os acréscimos de serviços que justifique um aumento das despesas de quatro vezes desde 1995 até 2001?

4) Quais os motivos que levam o governo a fazer nova licitação em dezembro do corrente ano? Por que o planejamento acresce R\$2,3 milhões aos custeios injustificado de R\$2,1 milhões/mês desde 1995?

5) Quais são as demandas técnicas que justifiquem um novo projeto tão vultoso em custos por mais quatro anos, a ser pago, na sua maior parte, pelo próximo governo?

6) Por que o edital está dirigido a uma só empresa, na medida em que o conjunto das exigências do edital

tais como, protótipo, trabalhos com Renach/Renavam, Banco da Dados Oracle, ambiente Windows 2000, ISO 9002 entre outras exigências, direcionam a concorrência?

7) O edital dirigido não foi feito pelos técnicos da Celepar, e, por possuir um alto grau de conhecimento técnico, deveria ter consultoria especializada, que não fora contratada. Quem elaborou o edital? Foram os técnicos da empresa que ganhará a concorrência?

8) Entre outros grandes projetos de informatização no Paraná, desenvolvido pela Celepar e outros, nenhum tem valor tão alto como este (R\$110 milhões), sendo que é um projeto de médio porte, em que todos os serviços já estão sendo executados atualmente no Detran/PR. Qual é a justificativa de tamanho custo? Por que o aditamento de 25% e que deve ser pago pelo próximo governo?

9) Qual a justificativa para a mudança de tecnologia sendo que atualmente o modelo de gerência adotado pelas grandes corporações é de construir camadas de tecnologia sobre o ambiente legado, que lhe dá novas funcionalidades sem que se abra mão da maximização dos investimentos feitos ao longo do tempo, e mais, considerando-se que atualmente o índice de aprovação dos usuários do Detran/PR é acima de 90% entre ótimo e bom?

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(aa) IRINEU COLOMBO

PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Com o projeto de distribuição do Detran/PR, em 1995, havia a expectativa que os valores totais se elevassem no período de investimento, mas que depois caíssem para um patamar compatível com o acréscimo dos serviços. Veja-se que:

- os custos do Detran não caíram ao longo do tempo (e a justificativa para o investimento era queda de custos);

- o projeto de distribuição estabeleceu um novo patamar de despesas, naquele que era o patamar do período de investimento;

- os valores do contrato foram mantidos, mesmo durante os períodos de prorrogação (2), onde não foram feitos novos investimentos;

- o acréscimo de serviços de 1995 a 2001 não é compatível com o acréscimo das despesas com informática;

- o desenvolvimento de novos serviços, principalmente Internet, foi absorvido pela equipe Celepar;

- a relação custo/benefício do montante dos recursos financeiros destinados à Celepar, é favorável a uma continuidade e ao fortalecimento da parceria Celepar/Detran se considerando os valores envolvidos e a totalidade dos recursos de informática do órgão;

- o aumento de disponibilidade não justifica o montante de investimentos que estão projetados;

- a disponibilidade do ambiente Detran depende da disponibilidade do ambiente computacional do Paraná como um todo. O alto nível de integração do Detran - PR com outros ambientes computacionais (Secretaria da

Fazenda, Polícia Civil, Instituto de Identificação, varas federais, Denatran, Renach, etc), determina que a disponibilidade do Detran - PR está condicionada à do todo;

- com apenas parte dos investimentos explicitados para a licitação proposta, desde que no ambiente do governo do Estado, todos os órgãos do governo teriam garantida alta disponibilidade;

- a segurança de aplicações distribuídas em ambientes altamente integrados como o do Governo do Estado do Paraná, exigem plataforma de segurança que não está especificada no edital;

- o modelo de gerência do legado das grandes corporações (notadamente instituições financeiras e governos) é de construir camadas de tecnologia sobre o ambiente legado (o ambiente mais antigo), que lhe dá novas funcionalidades sem que a organização abra mão da maximização dos investimentos feitos ao longo do tempo. Procura-se o melhor aproveitamento das bases instaladas, evitando-se reescrever o conhecimento representado no código dos aplicativos em operação. A tecnologia hoje disponível suporta novas funcionalidades e soluções que convivem com o legado de aplicações. Exemplo nacional - o Serpro volta a gerenciar ambiente que há 4 anos estava com a Montreal;

- depois de uma experiência de terceirização de quatro anos, na Montreal no Rio de Janeiro, o Serpro volta a gerenciar o ambiente nacional.

- A um ano de um processo eleitoral que pode determinar a descontinuidade da atual orientação política partidária, o projeto é uma temeridade. Um dos princípios que regem a Lei de Responsabilidade Fiscal é que um governo não deverá assumir compromissos de vulto a serem gerenciados pelos próximos governos.

- a) o risco de não estabilização do ambiente em um ano é concreto;

- b) o Estado está assumindo uma despesa de R\$110 milhões a serem pagos nos próximos 4 anos (com 25% de aditamento possível);

- c) o Estado está assumindo uma solução de tecnologia, que mesmo questionada num próximo governo, terá um elevado custo de reversão;

- a definição de uma mudança a ser desenvolvida ao longo de vários anos, pode sofrer descontinuidade a partir de 2003, sem que se comece a colher resultados expressivos dos investimentos feitos ao longo de 2002.

- RH/PR - Ambiente de gestão integrada, embutindo o desenvolvimento de todas as funcionalidades dos sistemas de gestão de Recursos Humanos atuais, acrescidos de inovações tecnológicas (por exemplo: gestão do conhecimento). Infraestrutura inclusa. Sistema para todo Estado. Topo de tecnologia de gestão e de tecnologia de informação e comunicação. Valor do projeto: R\$14 milhões.

- Gprev - Ambiente de previdência pública, todo o Paraná, projeto de desenvolvimento integral, envolve hardware, software e o sistema de administração. Topo de tecnologia de informação e conhecimento técnico do

negócio de Previdência Pública no Brasil (diferente de outros países). Valor do projeto: R\$6 milhões.

- Detran/Ceará. Projeto de informatização distribuída do Detran/Ceará. Valor do projeto que está sendo licitado: R\$6 milhões.

- Celepar. A licitação proposta pelo Detran/PR representa mais da metade da Celepar, a empresa que atende a informática de todo o Estado do Paraná, inclusive o Detran.

O processo é altamente questionável.

Há várias alternativas tecnológicas possíveis, com níveis de investimentos e despesas consideravelmente menores. Após a implantação proposta pela Celepar, os níveis de investimentos serão cerca de 30% inferiores aos atuais gastos com Celepar e Positivo Informática. Esta proposta não foi formalmente avaliada pelo Detran.

REQUERIMENTO Nº 3692

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos anais desta Assembléia Legislativa do Estado do editorial do jornal Gazeta do Povo do dia 03 de novembro de 2001 - Por um Tribunal Regional Federal.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O editorial do jornal Gazeta do Povo do dia 03 de novembro de 2001, traz a real situação em que se encontra a questão do Tribunal Regional Federal em nosso Estado. Com a aprovação de proposta de emenda constitucional, relatada pelo senador Osmar Dias, avança mais um passo a criação de dois órgãos de segunda instância da Justiça Federal - um deles em Minas Gerais e o outro no nosso Paraná (em Curitiba) com jurisdição sobre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

O Paraná está há muito nessa luta. Em todas as esferas - políticas, empresariais, Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo - vem se travando uma árdua batalha que, agora, vemos render frutos. E, um dos primeiros a levantar esta bandeira em prol do nosso Estado foi o jornal Gazeta do Povo - através de seu diretor-presidente Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, que vem lutando mais do que ninguém para trazer, criar no Paraná este Tribunal, que é uma das mais justas e antigas da nossa população.

De fato, dos cerca de 140 mil processos anuais apreciados naquele Tribunal - TRF da 4ª Região com sede em Porto Alegre, cerca de um terço são encaminhados pelo Paraná. Tão elevado volume de processo faz com que regularmente um grande número de pessoas desloquem-se até o Estado do Rio Grande do Sul, em busca dos processos e suas informações: advogados, juízes, partes interessadas.

O Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, paranaense visionário, empenhou-se muito cedo nesta luta, batallhando sempre, através do jornal Gazeta do Povo e, aos poucos vai vencendo, passo a passo cada etapa do exigente processo. São muitos os obstáculos, mas o primeiro já foi superado - o acolhimento da necessidade e conveniência da instalação do TRF aqui. O Paraná deve ao Dr. Francisco o início da mobilização de todas as forças e lideranças da sociedade paranaense que vê agora render suas primeiras vitórias.

REQUERIMENTO Nº 3777

Senhor Presidente:

O deputado que o presente no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matérias publicadas nos jornais Gazeta do Paraná e O Paraná, intituladas de "Edgar economiza R\$297 mil na construção de 480 casas" e "Economia de R\$295 mil gera mais 60 casas", respectivamente anexadas ao presente.

Sala das Sessões, em 12.11.2001

(a) ELI GHELLERE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 585/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná, autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Querência do Norte.

Art. 2º - O Departamento de Trânsito do Paraná poderá estabelecer convênio com a Prefeitura Municipal de Querência do Norte, visando a implantação da referida Ciretran.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente lei é criar, no município de Querência do Norte, melhores condições para atendimento dos serviços de trânsito para a população daquele município.

O processo de colonização que ocorreu intensamente na década de 50, promovido por empresas de colonização, definiu o traçado urbano da sede do município de Querência do Norte.

Sendo um município com 45 anos de criação, localiza-se na região Noroeste do Paraná, Querência do Norte conta hoje com população aproximada de 11 mil habitan-

tes. Há uma considerável quantidade de veículos, o que a credencia a transformar-se em Ciretran.

O presente projeto de lei tem fundamento no artigo 53, inciso XI, da Constituição do Estado do Paraná, embora seja meramente autorizatório.

Dai as razões do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 586/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Colônia dos Pescadores Z-4 de Matinhos, com sede e foro no município de Guaratuba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Colônia dos Pescadores Z-4 de Matinhos, com sede no município de Matinhos e foro no município de Guaratuba, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho de atendimento às atividades pesqueiras e representado seus associados junto aos órgãos competentes e às autoridades em geral.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 587/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Dica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal João Batista de Siqueira, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal João Batista de Siqueira, fundada em 1996, é pessoa jurídica de direito privado, órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros, com atuação junto à referida unidade escolar, sediada à Rua Pedro Teixeira Alves, s/nº - Mato Dentro - Almirante Tamandaré - Paraná.

Tem seu estatuto registrado sob protocolo nº 90 no Livro A-01, Registrado sob nº 39, no Livro A-01, datado de 08 de abril de 1996, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Almirante Tamandaré - Paraná,

sendo a entidade cadastrada no cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ sob nº 01.157.273/0001-07.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal João Batista de Siqueira, tem por finalidade:

- prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;
- integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade;
- proporcionar reais condições ao educando de crítica e participação no processo escolar, apoiando a livre organização dos grêmios estudantis;
- representar pais de alunos, junto ao estabelecimento de ensino, de conformidade com o disposto na Letra "F" do artigo 10 do Regimento Escolar conforme Resolução nº 2.000/91, de 11.06.91;
- promover o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, através do desenvolvimento de atividades sócio-culturais desportivas-saúde-meio ambiente, dentro do previsto no Regimento Escola;
- contribuir para melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, celebrando para tanto contratos e/ou convênios com a Administração Pública e organização Não Governamental.

Atualmente a APM da escola Municipal João Batista de Siqueira realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associações de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de Entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 588/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Dica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Floripa Teixeira de Faria, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Floripa Teixeira de Faria, fundada em 1998, é pessoa jurí-

dica de direito privado, órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros, com atuação junto à referida unidade escolar, sediada à Rua Nilo Cropolato Matias, s/nº - Areias - Almirante Tamandaré - Paraná.

Tem seu estatuto registrado sob protocolo nº 1329 no Livro A-01, Averbado sob nº 002 no Livro A-01, datado de 11 de setembro de 1998, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Almirante Tamandaré - Paraná, sendo a entidade cadastrada no cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ sob nº 01.087.141/0001-56.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Floripa Teixeira de Faria, tem por finalidade:

- prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;
- integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade;
- proporcionar reais condições ao educando de crítica e participação no processo escolar, apoiando a livre organização dos grêmios estudantis;
- representar pais de alunos, junto ao estabelecimento de ensino, de conformidade com o disposto na Letra "F" do artigo 10 do Regimento Escolar conforme Resolução nº 2.000/91, de 11.06.91;
- promover o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, através do desenvolvimento de atividades sócio-culturais desportivas-saúde-meio ambiente, dentro do previsto no Regimento Escola;
- contribuir para melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, celebrando para tanto contratos e/ou convênios com a Administração Pública e organização Não Governamental.

Atualmente a APM da Escola Estadual Teixeira de Faria realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associações de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de Entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 589/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Lar Anália Franco, com sede e foro no município de Cambará.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o lar Anália Franco, que tem realizado excelente trabalho de atendimento à comunidade local.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 590/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a instituição beneficente "Casa de São Luís", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A instituição beneficente "Casa São Luís", fundada no dia 19 de outubro de 1988, e funcionando em prédio sito à rua Francisco Guilhermino nº 150, Parque Santa Lúcia, tem por objetivo promover o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, completando a ação da família e da comunidade, garantindo-lhes o bem-estar do menor provindo geralmente de famílias carentes.

A entidade age a fim de se obter a elevação de qualidade de vida promovendo o desenvolvimento global e harmônico da criança, formando hábitos e atitudes necessárias à vida em sociedade dando prontidão para ingressar ao ensino fundamental, como também auxilia às mães que necessitam trabalhar e não têm com quem deixar os filhos.

Dessa forma, esperamos o devido apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 591/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professor Júlio Mesquita - Ensino de 1º grau regular e supletivo, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professor Júlio Mesquita atua de forma imprescindível para o bom desenvolvimento das atividades da mencionada escola.

Além de arrecadar recursos destinados a melhorar as condições de ensino, é apoio fundamental para os pais sobretudo das famílias mais carentes.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Terminada a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Na manhã de hoje sob a presidência do deputado Cezar Silvestri, do relator Durval Amaral e as lideranças partidárias estivemos reunidos para discutir o nosso orçamento de 2002. Orçamento esse que se preza no interesse de cada domicílio deste Paraná.

Verificamos, através de um consenso das lideranças, e a unanimidade desta Casa, teremos para as nossas cinco universidades uma emenda coletiva na ordem de 3 milhões de reais a cada uma. Sendo que, 1,5 desses 3 milhões seriam para custeio e outro 1,5 para investimentos. Concretizado isso o nosso presidente Cezar Silvestri entendia que, naquelas emendas oferecidas a cada um dos deputados, poderíamos destinar a esta ou aquela entidade ou órgão no interesse maior de cada domicílio eleitoral dos senhores deputados.

Notícias dadas que alguns dos senhores parlamentares iriam inserir no Orçamento do Estado 4, 5, 6, 8 ou 10 milhões de reais, mesmo com anuência do líder do Governo, isso não será efetivado.

Falo isso para mais uma vez esclarecer sobre a nossa cidade de Ponta Grossa, principalmente o curso que também defendemos de medicina. Não há nada que possa ser alterado. Aquele dispêndio já está inserido no orçamento de 2002, onde vemos um montante no projeto de implantação deste curso. Acreditamos que o governador, que diz ter empenhado a sua palavra, e que não vimos até a presente data, estaremos oferecendo nesta Casa um requerimento indagado ao governador se Ponta Grossa terá ou não o curso de medicina, e de onde virão os recursos para a implantação, se o governador que empenhou a sua palavra e vai traduzir através de suas ações para que isso seja concretizado. E que palavras de meias verdades não sejam inseridas nas rádios, nos jornais e nas televisões.

O segundo assunto é o que mais de perto fala com o Paraná, sobre o pretendido aumento do pedágio que vimos notas transcritas em grande jornais, notícias inseri-

das nas emissoras de televisão do Paraná, de que no próximo mês teremos um aumento do pedágio no Estado do Paraná. Aumento esse que não será possível: o frete não subiu, a gasolina subiu, pneu subiu, tudo subiu, e vai subir também o pedágio, onerando mais ainda não só aqueles que transportam mercadorias, mas aqueles que consomem as mercadorias, que somos todos nós, que usamos de um meio para nossa subsistência, através da comida; comida essa que passa pela rodovia, chega na praça de pedágio e ali é mais onerada ainda.

O salário, todos sabemos, inclusive nesta Casa, não tem aumento, como lá fora, também, o funcionalismo público há mais de sete anos não tem aumento, tudo sem aumento. Só sobe o que o interesse do Governo se sobrepõe sobre os interesses daqueles que nós queremos.

Quero que seja dado aumento àqueles que mais precisam e não seja dado aumento ao pedágio, que aí está estampado no próximo mês.

Tenho certeza absoluta, senhor presidente, senhores deputados, que haveremos, com números, de traduzir os anseios da família do Paraná contra o aumento do pedágio!

O atual custo já é escorchante. Nenhuma justificativa plausível irá fazer com que o pedágio seja aumentado.

Traremos em oportunidade futura, números, para que possamos analisar mais profundamente esse delicado assunto. Mas, de antemão, já alertamos o Paraná: nada de aumento nas tarifas dos pedágios de nossas estradas, para não engordarmos mais ainda as contas bancárias daqueles que detêm os seus lotes sob a sua guarida!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Segundo orador inscrito, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Poderia até começar, já aproveitando a deixa do deputado Luiz Carlos Zuk, dizer também da minha preocupação com relação à questão do pedágio.

Este aumento que está sendo proposto na ordem de 10 a 12%, tem sido um assunto que temos comentado bastante pelos meios de comunicação, dizendo que esse aumento de pedágio pode provocar consequências bastante danosas, porque ninguém admite um aumento de pedágio num momento que não vê ainda as grandes obras.

Até poderia dizer, e o testemunho maior pode ser dos senhores deputados que vêm do Norte do Estado; Sudoeste; Oeste do Paraná; por onde não transito muito. Quem sabe até tragam informações de obras que estão sendo realizadas por lá.

Mas, quero me ater principalmente, em relação a BR-277 Curitiba-Paranaguá, que é o pedágio mais caro, não só do Brasil mas do mundo, onde se paga R\$5,20 para descer; R\$5,20 para voltar, e fica duas horas na

rodovia, duas horas e meia, três horas no período de feriadão, como já ocorreram e outros que virão agora, já nesta semana.

Quer dizer, é um absurdo o preço que se paga no pedágio da rodovia BR-277 Curitiba-Paranaguá. Não sou contrário ao pedágio, acho que melhorou bastante as rodovias, não o suficiente ainda para se compensar um novo aumento, especialmente, nessa rodovia.

Pode até ter melhorado bastante no Norte; no Sudoeste; no Oeste do Paraná; mas aqui, na região do litoral do Paraná, é um caso de polícia o pagamento de R\$5,20 e você transitar em uma rodovia cheia de degraus, com péssimo acostamento, com sucessivos desvios, e péssima sinalização para se trafegar à noite.

Por isso também, já deixo aqui esta minha posição de preocupação, quando se fala em um possível novo aumento que vem aí. Até porque, a Ecovia, que é a concessionária desse trecho, não disse nada em relação às obras que deveria fazer nas rodovias que são braços da 277.

Por exemplo, na BR-408 que liga a BR 277 até a Praia de Leste; na BR 412 que liga Praia de Leste a pontal do Paraná; ninguém viu ainda nenhuma obra, e o contrato está expresso, no pouco que sabemos desses contratos, que estão escondidos a sete chaves e que nós aqui nesta Casa, durante tanto tempo tentamos buscar essas informações. Não sabemos exatamente o que contém, mas pelo menos isso sabemos, que é obrigação da concessionária. E seria também, o atendimento, a duplicação, a melhoria dessas rodovias que fazem braço para a rodovia oficialmente pedagiada.

Mais um outro assunto que me traz aqui ao Plenário desta Casa hoje, é para falar em meu nome, em nome do presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, em nome do deputado Eli Ghellere, que tivemos hoje pela manhã na Associação Comercial do Paraná, uma reunião que tratou de um assunto extraordinário importante para nós, que é o Tribunal Regional Federal no Estado do Paraná!

Todos sabem que na semana passada, saiu a informação que a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado da República, aprovou por unanimidade, uma Emenda que os Senadores Osmar Dias, Álvaro Dias e Roberto Requião, senadores do Paraná; fizeram, aprovar por unanimidade essa Emenda, muito embora já haja um pronunciamento por parte do presidente da Comissão, senador Bernardo Cabral, de que essa Emenda é inconstitucional.

Mesmo assim, a CCJ do Senador aprovou, e agora ela deverá ir para a Câmara dos Deputados e depois para o plenário, se na Câmara também for aprovada.

Mas essa reunião de trabalho que foi realizada hoje pela manhã, sob os auspícios da Associação Comercial do Paraná e da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, com a presença do seu Presidente Hipólito Xavier, do Marcos Damakoski, da Associação Comercial do Paraná, do senador Osmar Dias, dos deputados fede-

rais Luiz Carlos Hauly, Luciano Pizzato, dos deputados estaduais Hermas Brandão, Algaci Tulio, Eli Ghellere, do vereador Jorge Sameck, do presidente da FIEP, José Carlos Gomes de Carvalho, do doutor Renê Ariel Dotti, um dos grandes homens ligados à área da Justiça, enfim, com a presença de várias outras lideranças empresariais, comerciais, do nosso Paraná. Podemos fazer uma reunião de trabalho por demais importante, ouvindo especialmente, as explicações dadas pelo senador Osmar Dias, e que propõe um trabalho em conjunto de toda a classe política do Paraná, Câmara dos Vereadores, Assembléia Legislativa, deputados federais, senadores, no sentido de se fazer um trabalho muito forte perante os senadores, perante os deputados federais.

Nesse sentido, foi tirada uma tarefa, que tenho certeza, e o deputado Hermas Brandão já colocou esta Casa também à disposição, para uma audiência também com o presidente do Senado, para que se possa levar a ele, o pleito do Paraná, no sentido da criação aqui do Tribunal Regional Federal.

E uma audiência segunda, com o Ministro Costa Leite, aonde vai ser sugerido ao ministro, que, de repente, a proposta venha do próprio Ministério da Justiça, como mensagem do Presidente da República, até para evitar o vício de origem, que é a Emenda colocada pelos senadores do Paraná nessa CCJ.

Há quem diga, que ela é inconstitucional que sofre o vício de origem, e há aqueles que entendem que não é inconstitucional.

Mas, de qualquer maneira, se viesse uma medida, se viesse uma mensagem encaminhada pelo ministro, via presidente da República, certamente, facilitaria e deixaria de lado muita burocracia para a aprovação dessa Emenda.

Então, são duas ações que deverão ser tomadas imediatamente, com a manifestação da Assembléia Legislativa, das Câmaras dos Vereadores, dos segmentos do Comércio e Indústria do Estado do Paraná e outros segmentos da nossa sociedade, no sentido de que se faça esse trabalho. O Paraná, desde 1993, vem brigando pela instalação aqui, do Tribunal Regional Federal. Já tivemos outras brigas no passado. O Paraná, que foi 5ª Comarca de São Paulo, ainda vive hoje sob a vontade, os interesses dos irmãos gaúchos, porque a toda ação movida aqui, a nível federal, é o advogado que tem que se deslocar, são as partes que têm que se deslocar para o Rio Grande do Sul, conseqüentemente trazendo um acúmulo de despesas de perda de tempo para todos os lados envolvidos em qualquer ação que diga respeito ao Tribunal Regional Federal.

São mais de cinquenta mil ações do Paraná que estão lá, no Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre. Assim nós tínhamos também com os Tribunais Regionais do Trabalho, que hoje, depois de muita luta dos Estados, se conseguiu fazer com que eles fossem descentralizados e cada Estado tem o seu Tribunal Regional do Trabalho.

É assim que se busca, agora, também, esta tentativa de trazer para o Paraná o Tribunal Regional Federal, que o Movimento Pró-Paraná, constituído aqui por esta Casa, na Assembléia, e as lutas encetadas pelo doutor Francisco da Cunha Pereira, que encabeçou, já há muito tempo atrás, outras tantas campanhas, também se manifestou a respeito dessa questão do Tribunal.

Então, basta agora, senhor presidente e senhores deputados, que o Paraná realmente vá a Brasília, vá ao presidente do Senado, vá ao Ministro da Justiça, que busque os caminhos legais no sentido de fazer valer o peso do Paraná. O Paraná precisa se impor politicamente a nível nacional, e acho que a briga pelo Tribunal regional Federal é o grande momento para o Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Com a palavra, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Li na imprensa, no final de semana, que o governador Jaime Lerner está arrumando as malas para realizar a sua 42ª viagem ao exterior! Nem chegou de viagem, nem desarrumou a mala e já está, novamente, arrumando a mala para poder viajar! Segundo as informações, irá viajar ou na quarta-feira ou na quinta-feira, para disfarçar a sua 40ª viagem ao exterior, para que não tenha tanta repercussão na imprensa do Paraná, como a dizer ao povo do Paraná, que o povo do Paraná é imbecil, é burro, e o governador quer esconder a sua 42ª viagem ao estrangeiro.

Olha, senhor presidente, não dá para entender essa compulsão do governador Jaime Lerner por viagens! Deveríamos contratar um psicólogo, talvez um psiquiatra, quem sabe o deputado Renato Gaúcho nos ajudasse, ele que entende bastante de psicologia, para podermos fazer um estudo que pudesse mostrar, que pudesse diagnosticar essa compulsão de viagens, sobretudo quando é para os Estados Unidos, para a França, para Inglaterra, e sobretudo quando é pago pelo dinheiro público.

Quando o povo paga as suas viagens, ele fica feliz como ganso novo para viajar. Todos que nasceram na roça, na agricultura sabem como o ganso, quando pequeno, fica feliz, assim como o governador Jaime Lerner deve ficar quando existe alguma oportunidade para viajar e ele pede à Casa Civil para fazer as diárias e comprar as suas passagens, e mandar a conta para o povo do Paraná pagar!

Senhor Presidente, vai ficar na história do Paraná, eu quero fazer um desafio: não existirá na história política do Paraná um outro político que consiga chegar aos pés do governador Jaime Lerner, nem ao dedão do pé em relação a trambiques, picaretagens e viagens ao estrangeiro. É campeão disparado, é campeão com folga!

E eu, conversando com pessoas do interior do Paraná, sinto-me frustrado e impotente ao explicar ao

povo, quando as pessoas nos perguntam: por que é, deputado, que este governador viaja tanto?

Por que ele gosta de viajar tanto?

Como é que ele viaja tanto?

Por que ele viaja tanto? E por aí afora.

É evidente que não tem explicação, a não ser aquela que se fundamenta única e exclusivamente no custeio das suas viagens com o recurso público, o mesmo recurso que falta para pagar bem o funcionalismo público, para criar programas que sustentem o desenvolvimento do nosso Estado, é o mesmo dinheiro que esse compulsivo governador se utiliza para manter as suas mordomias no estrangeiro, no exterior.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Consulto V. Exa se deseja usar o horário da Liderança do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

É por isso que eu falei a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná precisa, urgentemente, contratar uma equipe de psicólogos, de psiquiatras, para consultar o governador Jaime Lerner, fazer uma radiografia das moléstias que esse cidadão vem sendo afetado, para que possamos saber ao certo o que é que passa na cabeça do inquilino do 3º andar do Palácio Iguazu, que ainda, se não cassarmos o seu mandato, terá um ano pela frente como governador do Paraná!

Senhor presidente, são iniciativas que precisamos tomar, porque o povo do Paraná já não agüenta mais, o povo do nosso Estado já não consegue mais compreender por que a Assembléia Legislativa do Paraná nada faz em relação a esse descaso.

E eu aqui estou me atendo a um assunto que não é o supra-sumo das irregularidades deste governo, porque a bem da verdade existem outros bem mais cabeludos! Este, das viagens, sintetiza a maneira irresponsável e absolutamente divorciada dos sentimentos do povo do Paraná, em relação ao governador Jaime Lerner. E é lógico que o governador dita a música, e todo mundo dança conforme a música, todo mundo ali no Palácio Iguazu e do governo dança conforme a música que o governador Jaime Lerner toca e a sua música é a música da irresponsabilidade, da maracutaia e do abandono do Estado do Paraná. Esta é a música que o governador Jaime Lerner sabe tocar, e diga-se de passagem, toca com competência ímpar, com competência extraordinária! E aí ele que é o chefe da manada, ele que é o senhor da manada, toca a música e os outros dançam direitinho e fazem a mesma coisa que ele faz, ou seja, não fazem nada para o bem do povo do Paraná, apenas em seus proveitos pessoais.

Então, senhor presidente, estou aqui falando que são 42 viagens desse governador. Se nós compararmos com o governador Mário Covas, falecido governador Mário Covas, que morreu ano passado, governador do principal Estado da Federação, e em seis anos de

governo, o governador Mário Covas foi uma vez ao estrangeiro, uma vez ao exterior. Se nós pegarmos aqui todos os governadores do Brasil, nenhum, nenhum com certeza, foi ao estrangeiro, ao exterior mais que cinco, seis vezes e o nosso governador, meu não, porque graças a Deus não ajudei a eleger, não tenho a consciência pesada por isso, mas o governador do Paraná conseguiu atingir a marca recorde, a marca impressionante de 41 viagens, e esta semana, segundo a imprensa, está se preparando, quem sabe a sua mala já esteja pronta ali junto com ele e ele olhe para a mala e fique contando no relógio quantas horas estejam faltando para que ele possa se dirigir ao Aeroporto Internacional do Afonso Pena, entrar no avião e dizer - graças a Deus estou saindo do Paraná, estou indo para o meu destino predileto, estou indo para onde eu gosto que é para os Estados Unidos, principalmente para Nova York, na Ilha de Manhattan, que é a que eu gosto, porque é lá que vejo belezas, em que pese as torres terem sido derrubadas pelo Bin Laden, mas é isso que o governador deve estar pensando e cada minuto que passa deve ser um sofrimento para esse homem, deve ser uma tristeza para ele, porque a hora não passa e assim ele tem que ficar aqui no Paraná para ver o buraco do seu governo, para ver a Copel que, triunfante, permanece nas mãos do povo, para ver o povo do Paraná que dá mostras de competência e passa por cima desse governo incompetente e desonesto que é presidido por esse homem que está ali, no terceiro andar do Palácio Iguazu!

Senhor presidente, já pedi ao Ministério público que fizesse uma investigação, já levei ao Ministério público um pedido para que o procurador geral da Justiça interpele o governador Jaime Lerner para saber quantas viagens ele fez, quem foi que pagou suas viagens porque é que viajou?

Está lá no Ministério Público esta interpelação que nós fizemos e esperamos que o Ministério Público possa rapidamente dar uma resposta ao povo do Paraná, mas isto só não pode ficar assim, não basta, nós da Assembléia Legislativa do Paraná, eleitos pelo povo para sermos os representantes do povo, temos que dar nossa contribuição, ir lá e pedir ao governador que não vá viajar, que fique aqui ou se for viajar, efetivamente, que nunca mais volte ao Paraná, que pegue a sua passagem e que dê adeus ao nosso Estado, para a alegria do povo do Paraná.

Senhor presidente, a Assembléia Legislativa tem que cumprir o seu papel investigativo e de fiscalização. Não podemos fazer o que está acontecendo no Paraná, com esses cheques em branco que são dados para pessoas irresponsáveis, que não merecem a confiança da população do nosso Estado.

E é por isso que quero fazer um apelo à Assembléia: vamos cumprir o nosso papel, para não permitir que o povo do Paraná seja espoliado, enganado e roubado, assim como estamos sendo, pela prática imoral de governos irresponsáveis, como esse governador, que aí está, moribundo, mas que ainda falta um ano para completar o seu período de governo!

Concluo dizendo que vou entrar na Justiça interpelando o secretário de Governo, Cid Campêlo, pela irresponsável afirmação, desse aspone do governo Lerner. Quando ele deu uma entrevista à imprensa, em nota oficial, na quinta-feira, insinuando que nós estaríamos defendendo interesses das empresas que foram desclassificadas na licitação do serviço de vídeo-loteria! Isso é coisa, senhor presidente, de pessoas que agem com má-fé e julgam que todos fazem igual a elas!

Por isso vou interpelar o senhor Cid Campêlo na Justiça, para que ele comprove as suas afirmações, para que daí, possamos entrar com um processo de indenização, por danos morais, por esta afirmação irresponsável de um aspone, que está ali também do lado da porta do governador, para fazer nada, assim como o próprio governador, que irresponsavelmente faz uma afirmação leviana, da qual iremos interpelá-lo, judicialmente, para que ele possa comprovar na Justiça, a sua afirmação irresponsável.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Queremos registrar a presença do vereador Wanderley Borges, da cidade de Boa Vista da Aparecida e também do Waldmir Machado. Sejam bem-vindos.

Próximo orador inscrito, deputado Carlos Simões, Luiz Accorsi.

Concedo a palavra ao deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Uso a tribuna para fazer aqui ao deputado Nereu Moura, não um desagravo, mas algumas considerações ao pronunciamento feito por ele neste momento, da tribuna, com relação ao governador Jaime Lerner.

Nunca na minha vida procurei pautar a minha carreira, procurando destruir a imagem desse ou daquele, agredindo a vida pessoal. Entendendo que não é por esse caminho a construção de uma caminhada política e da vida de um homem público.

Agora, tenho acompanhado os pronunciamentos do deputado Nereu, e me perdoe, com todo respeito que tenho à sua pessoa, não posso concordar de forma alguma com as agressões feitas de uma forma desumana, deputado Nereu Moura, porque, se fôssemos fazer questionamentos de ordem pessoal deste ou daquele homem público, poderíamos até avançar em muito com relação à alguns do nosso lado, outros do lado de lá. Mas eu pauto o meu discurso nesta tarde, lhe perguntando: é melhor um gesto de amor, de gratidão, de carinho, de afeto, de admiração de um pai, de um avô, à sua filha, à sua família, quando da sua viagem aos Estados Unidos para ver o nascimento do seu neto, daquele que faz parte integrante de toda história de sua família, ou é melhor, uma atitude covarde de alguém que protege sobrinhos, dá um cartearço de senador, afronta a polícia, faz com que os veículos num acidente sejam tirados do local, esconde os sobrinhos? Será que é melhor atitude como estão, ou este

gesto de amor do governador Jaime Lerner à sua filha? É bom questionarmos e deixarmos isso neste momento, aqui nesse Plenário, para fazermos com certeza considerações com relação a isso.

Não vou condenar antecipadamente até o senador Requião; posso estar errado, mas é importante fazermos esta avaliação e esta consideração, porque este é concreto, não é o deputado Traiano que está falando, é a imprensa do Paraná inteiro, a imprensa nacional que divulgou, portanto é importante fazermos aqui esta avaliação. Se o governador Jaime Lerner vai a Nova Iorque com despesas pagas do seu próprio bolso, não é às expensas do dinheiro público, não, deputado Nereu; paga a sua viagem, para visitar a sua filha! Olha que mal está causando ao Paraná, é um gesto de amor à sua família, de gratidão, de afeto, de respeito a algo mais nobre, mais sublime, o senhor com certeza, se tivesse que agir da mesma forma, eu não tenho a menor dúvida, agiria assim, e com certeza mereceria o respeito de todos, independente de cor partidária com certeza.

Por isso, deputado Nereu, eu uso a tribuna, não quero avançar nessa discussão, apenas para fazer este registro ponderado, cauteloso, esse registro que merece com certeza, a avaliação e a reflexão de todos os parlamentares. Porque esta coisa de ordem pessoal, ela se torna massante, chata, desagradável. Por favor, vamos discutir no campo das idéias, vamos discutir no campo ideológico, se está ou não está certo o Governador Jaime Lerner, com relação às suas ações políticas, administrativas aqui no Paraná.

Agora, entrarmos e adentrarmos num campo como este realmente é algo que deixa qualquer cidadão indignado. Não há como permitir com certeza, que ações, manifestações como essas possam prosperar.

Apenas esse registro que eu gostaria de fazer para reflexão de todos aqueles que aqui estão.

Solicito o horário da Liderança, porque sei que o nosso horário a está encerrado e permito um aparte ao deputado Ribas Carli.

O Sr. Ribas Carli

Deputado, Ademar Traiano, em primeiro lugar, meus agradecimentos pelo aparte que me concede.

Eu queria parabenizá-lo pelas suas colocações.

A grande verdade, é que neste Parlamento nós temos que discutir idéias, projetos, temos que fazer avaliações daquilo que realmente possa representar importância para o povo do Paraná.

Quando há um descaminho da discussão, quando nós nos encaminhamos para investigações ou para denúncias, ou para acusações, muitas vezes levianas na área pessoal ou quando encaminhamos para o ataque pessoal, nós diminuimos o nosso Parlamento.

O Sr. Nereu Moura

Leviana o senhor está fazendo! Não aceito...

O Sr. Fernando Ribas Carli

Estou com a palavra, nobre deputado Nereu Moura, e peço que, como sempre eu lhe respeitei quando o senhor está com a palavra, eu estou com a palavra, me respeite.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Não posso aceitar que o deputado Ribas Carli venha me chamar de leviano. V. Exa. faz o que achar melhor, mas não venha querer colocar questão ao meu procedimento.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Eu em nenhum momento citei nome de nenhum parlamentar.

O SR. NEREU MOURA

Cada deputado faz o que acha que deve fazer...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A palavra está assegurada ao senhor deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

O que eu quero lhe parabenizar, deputado, é pelas colocações que o senhor faz.

Nós não podemos tornar este Parlamento um local onde nós possamos estar discutindo a vida pessoal de qualquer um.

Muito bem lembrado, o senhor, em nenhum momento, nenhum, deputado, aqui levantou qualquer acusação ou mencionou qualquer palavra a respeito do comportamento do senador Roberto Requião.

E quero dizer aos senhores, que eu até teria motivos para levantar questões, porque sempre fui atacado pelo senador Requião, não só na tribuna do Senado, onde tenho as notas taquigráficas, mas através da imprensa, da imprensa da minha região, da minha cidade. E em nenhum momento levantei a minha voz para fazer acusações ao senador Roberto Requião, quando ele, no afã de atender o sobrinho que havia perdido o seu pai há poucos dias, no afã de estender a mão à sua irmã que necessitava do seu apoio, saiu na madrugada para tentar socorrer o seu sobrinho. Em nenhum momento levantamos essa questão, mesmo sabendo de declarações do Serviço de Criminalística da Polícia, onde peritos, onde delegados fizeram afirmações que o local do acidente foi mexido e que teriam problemas para fazer a comprovação de como havia ocorrido o acidente. Em nenhum momento nós levantamos qualquer palavra, nada contra o senador Requião, porque era do âmbito da sua família, o seu sobrinho que havia perdido o pai há 10 dias. Nós sabemos entender esse lado.

Queria mais uma vez, nobre deputado Ademar Traiano, lhe parabenizar pelo pronunciamento que faz, para que possamos, dentro desta Casa, continuar essa discussão, que faz com que o nosso Parlamento cresça, com

que o nosso Parlamento seja cada vez mais respeitado, como já é, para que possamos, na verdade, fazer aquilo que o povo nos destinou para defender o povo, para defender os projetos, as idéias. Vamos discutir idéias. Vamos aprofundar a discussão das idéias. Mas nunca poderemos avançar para o campo das denúncias pessoais. Acho que a vida de cada um deve ser respeitada. O seio da família para mim é sagrado e acredito que para todos os nobres deputados que estão aqui o que pode haver de mais sagrado é a nossa família, neste campo nós não poderemos nunca adentrar!

Parabéns mais uma vez, nobre deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Agradeço o aparte do nobre deputado Fernando Ribas Carli. E exatamente nesta linha, eu não tenho a menor dúvida que existe a compreensão por parte de todos, que em gestos como estes que o governador Jaime Lerner acabou de fazer, nós temos que nos render. Ora, é a família que está em jogo!

E eu lhe digo, deputado Ribas Carli, aqui do testemunho de alguém que há 9 anos perdeu a esposa, tenho 3 filhos, eu largo tudo na vida, eu abandono qualquer compromisso do interior, de ordem política, quando um filho meu me chama de volta para Curitiba! Faço isso com o maior desprendimento, porque somente quem vive dramas como esse, sabe a dimensão de um problema desta natureza!

Por isso, como já disse aqui e volto a reafirmar, não vou condenar o senador Roberto Requião pela atitude. A imprensa do Paraná e do Brasil fez aqui considerações que, se nós quiséssemos tirar proveito na oportunidade, teríamos feito aqui inúmeros pronunciamentos agredindo o senador Roberto Requião. Não o fizemos porque é uma questão de ordem pessoal.

Agora, não posso, de forma alguma, no momento em que se traz a esta Casa discurso dessa natureza, que não é a primeira vez, por inúmeras vezes, não posso concordar e tenho que colocar aqui esta consideração e fazer aqui este questionamento, essa indagação aos parlamentares: - o que é melhor, manifestar esse gesto de amor a um filho, a um neto, à sua família, ou então atitudes como essas que aconteceram com o senador Roberto Requião? Três mortes aconteceram nesse episódio, mães, pais choraram a morte de seus filhos e, com certeza, questiono muito também a atitude do senador Roberto Requião.

Eu não quero me estender, eu vou encerrar a minha manifestação, peço desculpas ao deputado Moysés Leônidas e na próxima oportunidade, com certeza, poderá falar sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente. Deputado Basílio Zanusso. **(Declina).**

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao deputado Divanir Braz Palma, no Horário do PFL.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, nobres pares.

Nós gostaríamos também de manter a linha de raciocínio do nosso líder Traiano, para poder desenvolver mais esse assunto com relação aos embates que estão havendo nesta Casa, que extrapolam ao lado das idéias e vão para o campo pessoal, porque se nós não traçarmos uma nova linha de conduta, dentro e fora desta Casa, eu acredito que a convivência a cada dia será pior, ao ponto, talvez, de chegarmos a confrontos pessoais de consequências incalculáveis.

Vejam só, estou exibindo agora, queria pedir a atenção dos nobres deputados, estou exibindo aqui uma fotografia de um out door que foi colado lá em Maringá.

Deputado Tony, só um minutinho, por gentileza, estou pedindo atenção dos companheiros. Este é um out door colado lá em Maringá, em vários pontos da cidade, que, de um lado me deixam alegre e por outro lado me deixam muito triste.

Vou dizer primeiro o lado alegre: - vejam estou recebendo uma propaganda patrocinada pelo Sintemar, que é o sindicato dos funcionários da UEM de Maringá e da CUT. Os deputados sabem quanto custa produzir e colar um out door desses. Por um lado, estou alegre porque estou sendo patrocinado, eu, neo-liberal, sendo patrocinado pela esquerda, pela CUT e pela Sintemar. Diz aqui, uma caricatura minha, claro, e diz: projetos do deputado: venda da Copel. Os senhores são autoridades e sabem que eu não assinei, não fiz nenhum projeto venda da Copel. Apesar de ser favorável à venda da Copel.

Segundo - privatização da UEM. Não fiz nenhum projeto que está em tramitação para que o primeiro curso seja gratuito, agora, o segundo, o terceiro, como muitos estão fazendo, que paguem, porque eles pertencem a 9% dos privilegiados que conseguem curso gratuito em universidade pública do Paraná! 91% precisam pagar, se quiserem fazer curso superior. Então também não é verdade!

Terceiro: fim do ensino público. Não tem nenhum projeto meu aqui e os senhores podem vasculhar se existe um pedido para o fim do ensino público! Talvez os senhores como se está trabalhando, usando a CUT, que é uma Central única dos Trabalhadores, que eu entendo como séria, ao Sintemar também, mas tem aqui a rubrica delas, lá em Maringá, quem quiser ver os out doors, para quê? Tentando denegrir! Quer dizer, a panfletagem está chegando ao extremo, deputado, botando nome - Traidores do Paraná.

No seu gabinete, panfletando cidades, posters! Onde vamos chegar, senhores deputados? Será que nós não vivemos numa democracia? Será que nós não temos o direito de externar nosso ponto de vista, nossas convicções ideológicas?

Eu gostaria de pedir, neste apelo aos companheiros, deixem para o eleitor decidir, companheiros! Deixem para o eleitor dizer se estamos certos ou errados! Por favor, vivemos numa democracia! Temos o direito de preservar as opiniões contrárias.

Eu, aqui desta tribuna, há três anos, nunca fui contra a opinião de companheiro nenhum, da Oposição. Seja do PMDB, do PDT, ou de qualquer outro partido que faz oposição. Respeito e até aplaudo, às vezes, certas colocações. Agora, estamos sendo massacrados no interior com panfletagens orquestradas, desmoralizatórias, confundindo a opinião pública, porque a maioria do que se fala da Copel está aí sem sustentação, na realidade. Dizia-se que estava sendo preparado um grupo para comprar a Copel. Dizia-se que a Copel estava sendo sub-faturada. E a realidade de mercado está mostrando o quê? Tive até um projeto, aqui, que era para suspender a Copel, porque já antevia que não havia mercado, que a realidade não era bem esta, que não era o momento de se vender a Copel. Está aí, agora, a realidade. Não temos mercado, não temos comprador, não existe nada preparado.

Desculpem este desabafo, senhores. Mas, estamos chegando a um ponto extremo. E eu sinto que temos grandes companheiros da Oposição aqui, mas faço um apelo: vamos ter uma convivência democrática! Vamos respeitar a opinião contrária! Só assim nós poderemos trabalhar para o bem do Paraná e dar exemplo neste Parlamento, nesta Assembléia, de educação cívica, de ética e de respeito, também, aos nossos semelhantes! As idéias são propriedade de cada um, que deve cultivá-las e externá-las e as conseqüências são dos próprios que cultivam estas idéias. Aqui todos somos generais! Não tem nenhum soldado, sargento ou tenente, não! Todos são generais! E todos devem ser respeitados.

Para encerrar, senhor presidente, estou trazendo para o nosso presidente da Comissão Especial de Investigação um pedido para que a Universidade Estadual de Maringá, seja investigada, também. É uma entidade pública que com autonomia didática, pedagógica e financeira consome 8 milhões por mês! E os funcionários estão lá, ganhando salário-mínimo! Estão consumindo 805 da folha de pagamento da UEM!

Vou pedir não só para a Comissão de Investigação, que é formada pelos nobres deputados Fernando Ribas Carli, Moysés Leônidas e nós mesmos fazemos parte, demais deputados acompanharam e vamos reivindicar, também ao Tribunal de Contas para que designe pessoas competentes para fazerem um levantamento da UEM, porque não é possível oito milhões por mês são consumidos e a universidade está em processo de desintegração física. Onde é que estão indo estes recursos fantásticos? esta soma fabulosa de recursos? Nós precisamos saber, porque hoje ela é autônoma.

Está tramitando nesta Casa um projeto nosso, também, que obriga as universidades públicas do Paraná a publicarem balancetes mensais contábeis de verificação, por que não é possível! A opinião pública não pode ficar como está, gerando uma impressão de que não vão recursos para as universidades, ela sendo praticamente destruída fisicamente e o governo mandando 1/12 da arrecadação anual para as universidades públicas do Paraná!

Eu acho que é um direito que temos, uma obrigação nossa, como deputados, e um direito da opinião pública, que afinal é quem contribui - contribui não, financia, patrocina através do ICMS, a existência das universidades públicas do Paraná.

Então, desculpem nobres colegas da Oposição, desculpem meu desabafo. Eu estou entristecido. Mas, jamais estarei encurralado. Desculpem esta impressão. Não me intimidarei, porque as nossas idéias aqui são frutos de convicção. E a convicção que está dentro da nossa alma, e se estivermos errados que a história nos condene.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PTB. Liderança do Governo.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, eu estava dando uma entrevista, mas gostaria de fazer uso do horário do PT. V. Exa. deve ter chamado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Já chamamos, mas concedemos o horário para V. Exa.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Nós últimos dias, Curitiba foi surpreendida por um fato que deixou todos nós de certa maneira impressionados pela gravidade.

A Folha de São Paulo publicou uma matéria de capa de duas páginas, notícias a respeito das contas para eleição do prefeito na cidade de Curitiba, no ano passado.

A respeito da matéria com documentação fartamente comprovada pela reportagem investigativa da Folha, o prefeito Cássio Taniguchi e a coligação do PFL, teriam gasto na eleição do ano passado, 33 milhões de reais. Ocorre que a declaração apensada no TRE dá cabo de apenas 2 milhões e 900 mil reais!

Na matéria veiculada na Folha de São Paulo e reproduzida nos jornais de televisão do país inteiro, na Rede Globo parece-me que o trabalho do jornalista Fernando Rodrigues chega a requintes de entrevistar as empresas que teriam feito doações à campanha e teriam feito de alguma forma, veiculação financeira com a campanha, segundo os documentos obtidos, e esses empresários, de alguma forma, ou negaram ou confirmaram e foram contraditados pela matéria e pela exposição dos documentos do jornalista Fernando Rodrigues e também pela reportagem feita em canal de televisão, na Rede Globo, na última sexta-feira da semana passada.

De alguma forma, senhor presidente, senhores deputados, eu fui candidato derrotado na eleição passada. Perdemos a eleição por 2,6% dos votos aqui na capital e em segundo turno, e de alguma forma o senso comum tinha percebido já desde o 1º turno o abuso do poder econômico naquela disputa eleitoral.

E se nós sabemos do abuso do poder econômico se existe essa caracterização e se o próprio código da legislação brasileira, da Justiça Eleitoral prevê que abuso do poder econômico pode inclusive imputar a cassação de mandato eletivo, se condenado for, é em função de que o abuso do poder econômico pode desvirtuar, de alguma forma influenciar, manipular a consciência dos eleitores.

Parece-me que 33 milhões de reais gasto numa campanha eleitoral de uma cidade como Curitiba, se esses números forem confirmados, não tenho razão para duvidar das informações contidas no farto material publicado pela Folha de São Paulo, porque o próprio contador-tesoureiro da campanha confirmou em juízo, perante o procurador geral do Estado do Paraná, confirmando a veracidade daquelas fotocópias e as informações ali contidas por terem sido da lavra dele toda aquela documentação.

Será que 33 milhões de reais é muito, ou pouco?

É preciso lembrar que na história do Brasil nenhuma informação a esse respeito, com esse valor, chegou a esse montante!

O presidente Fernando Henrique Cardoso - que pairam notícias que gastou muito mais na campanha de 98, o senador e ministro, aqui do Estado do Paraná, ex-presidente do Banco Bamerindus, José Eduardo de Andrade Vieira, através de algumas informações na imprensa, manifestou que a campanha do Fernando Henrique Cardoso teria tido sobras de campanha.

Quer dizer, aquilo que foi informado ao TSE não teria sido verdadeiro. Não foi apurado e ficou como está. Fernando Henrique Cardoso declarou para uma campanha no Brasil, que precisa dar cabo do ponto de vista de estrutura, de material, televisão, comícios, num continente que vem desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas. Os gastos totalizam 98,34 milhões de reais. Os gastos de Cássio Taniguchi são de 33 milhões de reais, pelo menos é o que sabemos pelas informações aqui na cidade de Curitiba.

Em nome do PT, da coligação junto com o PPS e os demais partidos que estiveram coligados no primeiro turno, aqueles que somaram conosco como o PMDB, PSDB na época sobre a orientação do ex-governador Álvaro Dias; e também em nome do PNN e do PDT. Amanhã às 14h00 estaremos procedendo uma entrevista coletiva à imprensa da capital paranaense, para noticiar quais as medidas oficiais que o departamento jurídico do PT e dos partidos coligados entrarão na Justiça para que sejam apurados e investigados todas as denúncias sobre o abuso do poder econômico, falsificação de documentos, a possível lavagem de dinheiro, que segundo o Ministério Público do Paraná é o que pode ter acontecido também na prestação de contas do senhor Cássio Taniguchi.

Espero que a Justiça seja rápida, porque, se aconteceu tudo isso, e temos todos os indícios para acreditar que aconteceu, a vontade do povo de Curitiba foi vilipendiada. Nós temos muito orgulho de sermos de Curitiba e

não esperamos que o PFL e seu candidato venham macular a imagem, o orgulho, o amor, este sentimento positivo que temos em relação à nossa cidade.

Por isso que o senhor Cássio Taniguchi, sei que passa por um momento difícil, mas ao invés de desqualificar as denúncias, os autores, que o prefeito da cidade, em nome do cargo que ocupa, ajudasse a investigação ir até o fim para que a verdade prevaleça.

O nosso partido está passando por um processo de investigação no Rio Grande do Sul. Lá há uma suspeita de uma possibilidade do governo estadual do PT, vinculado a pessoas ligadas ao jogo do bicho. Por mais que meus companheiros estejam sofrendo, sou daqueles que, em qualquer instância do meu partido, espero que seja apurada até as últimas consequências, se alguém fez algum equívoco deve ser punido e responsabilizado! Também esperamos aqui o PFL do Estado do Paraná apóie a investigação até o fim. E não tentem desqualificar e politizar algo que não é político e que não merece ser desqualificado, que é a gravidade das denúncias feitas sobre a campanha do senhor Cássio Taniguchi.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Liderança do Governo.

(Declina)

Liderança das Oposições, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero voltar a falar a 42ª viagem do governador Jaime Lerner ao exterior.

Deputado Ademar Traiano, não há nada de ordem pessoal em relação ao governador Jaime Lerner. Ele é governador do Paraná!

Não é o cidadão Jaime Lerner, é o governador do nosso Estado, que viajou quarenta e uma vezes ao estrangeiro e está aí para viajar a 42ª!

Diz que deu lá acidente em Nova Iorque, um outro avião caiu, os aeroportos nos Estados Unidos estão fechados e o governador está empacado, não decola.

Não existe nada de ordem pessoal, porque eu vi o cidadão algumas vezes, não o conheço pessoalmente, não tenho nada que ver com a sua vida; não sei se é católico; judeu; curitibano. coxa branca. Quero saber dos atos dele como governador do meu Paraná, aonde ele está sendo irresponsável, campeão de viagens: 42 viagens ao estrangeiro com dinheiro do povo do nosso Estado!

Ora, senhor presidente, o que há de pessoal nisso?

Quero pedir ao deputado Traiano. Tenho um requerimento na Mesa, pedindo informações das viagens do governador, quem é que está pagando as viagens. Que ele me ajude a aprovar, porque daí, sim, vou ficar sabendo, a casa vai ficar sabendo se o governador está indo com dinheiro dele ou é com dinheiro do povo.

Não acredito, senhor presidente, que seja com dinheiro do bolso dele! Não acredito! Acho que ele está indo com dinheiro público, sim!

E se o deputado Traiano achar que é com dinheiro dele, então me ajude a aprovar o requerimento que coloquei na Mesa! Aí vamos ver o preto no branco.

E se quiserem discutir atitudes do Requião como homem público, tem que discutir, porque esta Casa é exatamente para isso! Não incomoda a nós, do PMDB, discutirmos qualquer assunto sobre qualquer filiado do nosso partido. Não há nada secreto para o PMDB que não possa ser discutido. Fazemos questão. Temos que discutir, sim, aquilo que for público; temos que discutir, sim, o governo do Jaime Lerner.

A Assembléia não pode, já votamos aqui, colocamos o nosso voto para não dar esta carta branca para esse turista de carteirinha. E agora, é fácil levar para o lado emotivo, dizer: “nossa, coitada da filha do governador, vai ter neném lá no Estados Unidos e o governador tem que ir lá paparicar o netinho dele”.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Questão de ordem, senhor presidente!

(Assentimento)

Sei que não iria conseguir o aparte, mas queria pedir à Mesa, para que essas colocações...deputado Nereu Moura é um brilhante deputado, tem competência para outras coisas. Tenho impressão que não fica bem para esta Casa. A filha do governador vai ganhar neném, sim, e é o pai e a mãe que ela vai querer do lado, não acha deputado?

V. Exa. tem capacidade para outras coisas.

Precisaria ver então, o Requião está hoje em Paris, segundo me informaram. Com dinheiro de quem? Da família dele lá?

Deveria poupar a Assembléia dessas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Asseguramos a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Moysés Leônidas, V. Exa. fale o que quiser e não venha querer ditar regras às minhas palavras.

Assumo, está nas notas taquigráficas, se quiser pegar as notas taquigráficas, pegue e faça o que bem entender!

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Questão de Ordem)

Quero aqui só lembrar o pensador: “posso não concordar com nenhuma palavra que vós dizeis, mas hei de morrer defendendo o direito de vós dizê-las”.

Só estou dizendo que V. Exa. é brilhante, poderia ocupar sua inteligência de outra forma. V. Exa. deve ter família também...

O SR. NEREU MOURA

Mas, V. Exa., não vai me pautar, deputado!

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Questão de Ordem)

Não vou pautar, estou sugerindo a V. Exa. E quero dizer mais, vou continuar ouvindo a V. Exa., só acho que poderia V. Exa. utilizar...pois tem capacidade para outras coisas.

O SR. NEREU MOURA

Muito obrigado, agradeço o seu conselho e dispenso.

Ora, senhor presidente, o lado emotivo para querer convencer de que a viagem do governador é provável!

Também não estou me referindo, exclusivamente a essa viagem e sim ao pacote de viagens, a esse turbilhão de viagens; 42 viagens ao estrangeiro.

Gastou todos os cartuchos e agora quer levar para o lado emotivo, que o governador tem que ir para lá por causa da filha!

Não estou falando do cidadão Jaime Lerner!

Estou falando do governador do Paraná!

Senhor presidente, ninguém vai me convencer que o governador Jaime Lerner está perto de realizar a sua 42ª viagem ao estrangeiro. Campeão. Nenhum governador na história do Paraná e do Brasil, realizou 1/3 das viagens que ele fez ao estrangeiro. Ao exterior! Gastou os cartuchos, as espoletas, gastou a munição irresponsavelmente!

E agora por causa da filha, vai ao estrangeiro.

Eu quero aqui, V. Exa. por favor, use o mesmo critério que usou com os demais.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Nereu, nós usamos o critério com V. Exa. no Pequeno Expediente, no horário de Liderança, e V. Exa. tem mais 1 minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA

Ou V. Exa. cumpre o Regimento ou seja igual para todos!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Estamos sendo iguais para todos, deputado Nereu Moura, V. Exa. sabe disso.

Um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA

V. Exa. tem que usar o Regimento igual para todos, porque aqui ninguém é melhor do que ninguém. Nem os deputados do PFL, do Governo ou da Oposição.

V. Exa. me respeite, deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ninguém! E V. Exa. respeite a Presidência! Um minuto para concluir o seu pensamento.

O SR. NEREU MOURA

V. Exa. está usando dois pesos e duas medidas! E o Presidente da Casa, tem que ser imparcial.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Absolutamente, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Não pode ter Governo, tem que ser imparcial o presidente da Casa, V. Exa. não pode fazer isso!

Quero dizer, senhor presidente, que nós queremos aprovar o requerimento que está aí na Mesa, para saber aonde que o governador Jaime Lerner fez, para onde foi, quem pagou as suas viagens? Quais foram os objetivos das viagens? Quarenta e duas vezes?

E aí sim! Posso chegar aqui na tribuna, e dizer: “olha eu estava errado! Eu me penitencio. Cometi um erro. Eu erreí. O governador tinha que ter viajado”.

Então, o requerimento está na Mesa e espero ter o apoio desta Casa. E aí sim, quero poder chegar aqui, nesta tribuna e mostrar que eu não sou apaixonado para fazer oposição ao governador Jaime Lerner.

Eu tenho humildade, sim, para reconhecer as vezes que eventualmente, possa errar. Mas quero pedir a aprovação do nosso requerimento, para que possamos colocar o pingo em cima do “i”.

Aí a verdade irá prevalecer, e eu vou ter dó em ter feito esse discurso, condenando a 42ª viagem desse governador de carteirinha. Viajante, turista de carteirinha, que está indo para os Estados Unidos no dia de hoje.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento).

Senhor presidente, não quero entrar mais na questão, discussão de ordem pessoal, apenas gostaria de responder ao deputado Nereu, fazendo a seguinte pergunta:

Por que não requer informações aí pela Casa, ao Senado, de quantas viagens internacionais fez o senador Roberto Requião ao exterior? Pago por quem?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Ademar Traiano, não cabe a sua questão de ordem.

O SR. ADEMAR TRAIANO

De qualquer forma, deixo a pergunta no ar.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o deputado Traiano que use o PFL, O PSDB, e faça isso no Senado da República, e pergunte quem paga.

E ele que aprove o requerimento do Jaime Lerner, porque a Assembléia Legislativa tem a obrigação de fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Nereu Moura, não cabe a questão de ordem levantada.

Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente. Faço essa questão de ordem, visto que há algum tempo venho pedindo à Mesa, que o Tribunal de Contas nos envie a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, do ano 2000.

Esse requerimento foi aprovado pela Casa, o prazo que o Tribunal de Contas teria para entregar à Assembléia Legislativa seria no dia quinze de maio. Como o Tribunal de Contas não o fez, consulto a V. Exa. se posso ir lá, pessoalmente, agora à tarde, pedir as contas do governo do ano de 2000, e se posso receber as contas da mão do Tribunal de Contas, em nome desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós vamos entrar em contato, depois, com a executiva da Mesa, com a Presidência do deputado Hermas Bandão, para ver qual a resposta que o Tribunal de Contas deu em relação ao vosso requerimento.

O SR. NEIVO BERALDIN

Muito bem, senhor presidente.

No entanto, estou me dirigindo ao Tribunal de Contas, irei falar com o Presidente do Tribunal de Contas, para ver as contas do Governo, no ano de 2000 que nós precisamos para desenvolver um trabalho, visto que estamos analisando o Orçamento do Estado para 2002. Não podemos executar um trabalho completo se não temos a prestação de contas do ano de 2000.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. é parlamentar, tem todo o direito de, em seu nome, conversar no Tribunal de Contas.

Antes queremos registrar a presença do Prefeito de Marechal Cândido Rondon, prefeito Edson Vazan.

No Pequeno Expediente, o primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os novos membros da Bancada do Partido que deverão compor as Comissões Permanentes da Casa em substituição aos deputados que se desfilaram do PFL. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Her- mas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expedi- ente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3802, de autoria dos senhores deputados Durval Amaral, Tony Garcia, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, Ricardo Maia e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a consti- tuição de Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída por 13 (treze) membros e com prazo de 120 (cento e vinte) dias, para investigar a extinção do Fundo de Previ- dência dos Servidores Estaduais, a destinação dos recur- sos obtidos, bem como a transformação de servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho em ser- vidores estatutários e efeitos decorrentes. **À Diretoria Legislativa para aguardar a instalação das demais comissões na ordem de entrada.**

Requerimento nº 3803, de autoria do senhor depu- tado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solici- tando a diminuição do interstício para a realização de Sessões extraordinárias, logo após a presente sessão ordi- nária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/2000, de auto- ria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento com sede em Dois Vizinhos e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAIC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/2000, de auto- ria do deputado Geraldo Cartário, ficam impedidos os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de emitir ordem de serviço para iniciar novas obras, antes do término das que estão em execução, e antes que os muni- cípios tenham recebido as verbas dos convênios firmados anteriormente. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e**

CF. PARECER CONTRÁRIO DA COPTC. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Emenda. Aprovado.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/2001, de auto- ria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utili- dade Pública a Central Cidadã, organização da sociedade civil de interesse público, com sede e foro no município de Londrina-PR. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/2001, de auto- ria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Uti- lidade Pública o Instituto de Desenvolvimento assistencial, Educacional e Cultural - IDAEC, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLE- NÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Apro- vada a Emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/2001, de auto- ria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a enquadrar no cargo de advogado de carreira especial de advogados do Estado do Paraná os advogados das instituições estaduais em ensino superior. **PARECE- RES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECE.**

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Ple- nário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 323/2001

Adite-se artigo ao Projeto de Lei nº 323/2001, com a seguinte redação:

“Art.... - Os professores da rede pública que encon- tram-se em disfunção anterior ao advento da lei que insti- tui o Regime Jurídico Único e que estejam desempenhando atividades de natureza jurídica passam a integrar o quadro de advogados do Poder Executivo, devendo submeter-se a concurso interno de efetivação, com a apresentação de títulos”.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Ademir Bier, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, Neivo Beraldin, Cezar Silvestri, Waldyr Pugliesi, Renato Gaúcho, Nereu Moura e Irineu Colombo.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente há funcionários que trabalham como assessores na Secretaria de Estado da Educação, são advogados, desempenham funções de natureza jurídica (produção de pareceres, assessoria, consultoria jurídica) e recebem salários de professores.

Esses funcionários ficaram fora do enquadramento que ocorreu com o advento da lei que instituiu o Regime Jurídico Único (Lei 10.219/92), mesmo estando nestas funções desde a data anterior a esta lei.

Apresentamos a emenda visando corrigir esta disfunção, para que os mesmos passem a integrar o quadro de Advogados do Poder Executivo de que trata a Lei nº 9422/90.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica de Ourinhos, nos municípios de Jacarezinho e Ribeirão Claro. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Escola Municipal de Educação Especial Tia Apolônia, com sede e foro no município de Rio Negro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/2001, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública o Posto de Assistência Chico Xavier, com sede e foro no município de Londrina-PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação e Clube de Mães Maria de Nazaré, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado a Emenda.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 506/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Projeto Missionário Siloé, com sede no município de Tapejara e foro no município de Cruzeiro do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Vídeo e Cinema do Paraná - AVEC, com sede e foro no município de Curitiba, capital do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Arlindo Mosé Cavalca. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 034/2001, de 09/04/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 118/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Eli Ghellere, visa conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Arlindo Mosé Cavalca.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e por estar de acordo com a Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre as normas e requisitos para o título de cidadão honorário e benemérito do Estado do Paraná (cota do PDT), constatamos que a matéria encontra-se apta para seguir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) BASILIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Em votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu não vou fazer a questão pela ordem apenas com relação ao item 12º, mas com relação, até porque é um projeto do nosso companheiro Eli Ghellere que concede o título de Cidadania Honorário ao senhor Arlindo Mosé Cavalca, mas, eu faço essa questão de ordem em cima de todos os itens subsequentes, 13º, 14º, 15º, 16º 17º, 18º, porque todos eles, senhor presidente, estão em primeira discussão e não há anexado na pauta a cópia, como tem que ser anexada. Não é o caso do projeto do deputado Eli Ghellere, que estou pegando...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Augustinho Zucchi, foi publicado quinta-feira e não houve quórum, e a Sessão caiu.

Ele foi publicado nos avulsos da Sessão de quinta-feira da semana passada.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pois é, mas não houve Sessão na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

É publicado numa Sessão só, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Não é o caso, como já falei anteriormente, o do projeto do deputado Eli. Mas, veja bem, aqui tem projetos, olha só, estou pegando aqui porque faltamente nos

vamos discutir o item 17º, autoria do Tribunal de Justiça que altera o anexo II da Lei 11.719, de 12 de maio de 1997.

No item 18º, autoria do Tribunal de Justiça, autoriza o Poder Judiciário do Estado do Paraná a destinar recursos à escola de magistratura.

Acho que são projetos que temos que ter conhecimento do teor. Embora tenha sido publicado na quinta-feira, presidente, eu acho que por uma questão de bom-senso, tudo bem, se não for, do ponto de vista regimental, legalmente exigido, para que nós tenhamos aqui a anexação do projeto original, quando da primeira discussão em Sessão, que seja adiado. Então nós poderíamos, pelo menos com relação a esses itens que são realmente um pouco mais complexos, para que tivéssemos o adiamento desses dois projetos, a votação numa próxima Sessão e que nós pudéssemos tomar conhecimento.

Essa é a questão de ordem que encaminho a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Augustinho Zucchi, foi encaminhado a todos os gabinetes dos senhores parlamentares a Ordem do Dia de quarta-feira e de todas as Sessões é encaminhada a Ordem do Dia. Infelizmente, quando cai uma Sessão por falta de quórum, apenas e inclusive por economia da própria Assembléia não são feitos todos os xerox novamente. Mas todos os deputados estão de posse nos seus gabinetes e também aqui no plenário, da Ordem do Dia, com a publicação de todos os projetos.

Acho que podemos até conversar, posteriormente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Perfeitamente. Apenas e tão somente o seguinte: acho que no caso desses dois projetos, senhor presidente, embora os deputados pudessem ter na quinta-feira esse...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Consulto V. Exa., deputado: o senhor está falando do requerimento pedindo a retirada da Ordem do Dia da pauta de hoje esses projetos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Desses dois projetos, especificamente.

Só falei no geral porque todos em 1ª discussão não têm o projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Qual é o projeto que V. Exa. está requerendo?

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

17º e 18º.

Não precisa retirar por 10 Sessões, apenas que nós tivéssemos o conhecimento, poderia colocar na Sessão de amanhã.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, esses itens aqui estavam na pauta de quarta-feira.

Lembro-me que li todo o teor desses projetos e está na Ordem do Dia de quarta-feira, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Foi publicado na Ordem do Dia de quarta-feira da semana passada, dia 07.

O voto será secreto no item 12 da primeira discussão do Projeto de Lei nº 118, de autoria do deputado Eli Ghellere.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Questão de Ordem)

Senhor presidente, apenas para, novamente na questão de ordem que levantei - se for do entendimento dos demais colegas de que pode permanecer e pode se votar os projetos, perfeitamente. Acho que de bom senso nós deveríamos estabelecer que quando de uma Sessão suspensa e que não foi discutido o projeto e que ele volte em primeira discussão nós tivéssemos a possibilidade de ter, até porque, tudo bem, o deputado Nereu Moura leu o projeto, mas se nós tivermos que discutir o projeto aqui, agora, ou manda buscar no gabinete ou não tem aqui.

O SR. ELI GHELLERE (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Faço questão de vir à tribuna até porque, como levantou o deputado Augustinho Zucchi, não consta hoje a justificativa do projeto. Então, faço questão de vir aqui até para não prejudicar a votação e fazer um pequeno relato da vida do senhor Arlindo Mosé Cavalca.

(Lê):

“O Extremo Oeste do Paraná era ainda uma imensa floresta virgem, cheia de animais selvagens, paisagens paradisíacas, igualmente perigosas e misteriosas quando Arlindo Mosé Cavalca lá chegou pela primeira vez em 1948.

Nascido aos cinco de fevereiro de 1921, na cidade de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Arlindo era um jovem pequeno comerciante na região, um espírito de desbravador e uma visão futurista de desenvolvimento e prosperidade o levaram ao desejo de conhecer o Oeste paranaense.

Em 1948 Arlindo Mosé Cavalca com mais oito possíveis compradores de terras, empreenderam uma viagem ao Oeste do Paraná na rota Bento Gonçalves, Erechim, Laranjeiras do Sul, Cascavel e Foz do Iguaçu. Costeando o Parque Nacional do Iguaçu, onde muitos anos mais tarde se chamaria a promissora cidade de Céu Azul, contemplando admirado a exuberante e imensa mata selvagem e a ótima qualidade das terras para a agricultura.

Convencido de que aquela terra que ninguém lhe havia prometido seria o futuro promissor de sua vida, regressou a Bento Gonçalves e aceitou a proposta de emprego tornando-se corretor no Oeste do Paraná, parti-

cipando, ativamente da colonização das cidades de Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Santa Terezinha de Itaipu.

Em maio de 1949, Arlindo Mosé Cavalca juntamente com outros possíveis futuros compradores de terra formaram a segunda caravana que veio para o Oeste do Paraná. A partir desta data Arlindo Mosé Cavalca escolheu como residência o vilarejo de Gaúcha, onde mais tarde seria o município de São Miguel do Iguaçu.

Muitos desafios foram enfrentados nos primeiros anos; perdeu amigos vítimas de picada de cobra, contraiu malária pois a natureza no Oeste paranaense continuava selvagem e cheia de perigos cotidianos.

As estradas abertas em meio a lavouras e mata virgem faziam com que as freqüentes viagens ao Rio Grande do Sul para buscar possíveis compradores de terra, em bom tempo, durassem pelo menos três dias. Em tempos de chuva, as mesmas viagens duravam até 15 dias, com sacrifícios e esforço físico sobre-humano, onde enfrentava atoleiros, árvores caídas, animais selvagens e, por vezes, até fome, sede e frio.

Grandes foram os desafios que Arlindo Mosé Cavalca enfrentou. E muitos anos mais tarde lembrar-se-ia com doce saudade, a bravura de seus primeiros anos como colonizador do Oeste do Paraná.

Nessas cinco décadas, que mora no Oeste do Paraná, no município de São Miguel do Iguaçu, Arlindo Cavalca dedicou-se à agricultura, à pecuária e à industrialização.

Atualmente, é presidente de uma “holding” composta por sete empresas, que atuam na agricultura, pecuária, comércio, exportação de cereais e distribuição de insumos agrícolas: beneficiamento de arroz, semente de soja e trigo, venda de máquinas e implementos.

Na área do esporte, Arlindo Cavalca dedicou-se ao incentivo de futebol de salão. Foi fundador e idealizador do Time Cavalca e Verona, campeão paranaense, em 98, 99, 2000 e, agora, na final de 2001.”

Esse foi um pequeno relato do trabalho desse pioneiro, idealizador do Oeste do Paraná. Tomamos a iniciativa, junto com o PDT, indicá-lo como Cidadão Paranaense. Peço aos companheiros, deputados, que realmente votem um sim e dêem um voto de confiança a este deputado, para que o Paraná tenha mais um cidadão.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Senhor presidente, seria para encaminhar, mas é só para ratificar todas as palavras proferidas pelo deputado Eli Ghellere. Eu gostaria de declarar o meu voto favorável, apesar da votação ser secreta. Porque o projeto do deputado Eli Ghellere merece o respaldo e o apoio da Assembléia e, conseqüentemente, de todo o Estado do Paraná.

Então, é mais para declarar o meu voto favorável, à aprovação do projeto de lei, proposto pelo deputado Eli Ghellere.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de sugerir a V. Exa. e ao autor do projeto, para transferir a votação desse projeto para amanhã, visto que temos hoje poucos deputados na Casa. E, eventualmente, o autor do projeto pode ser prejudicado por isso.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Neivo Beraldin, o senhor apresente o requerimento, depois, retirando por uma Sessão.

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, que gostaria de saber da Mesa, qual será o procedimento da votação. O quórum, para votação, é de 28 deputados. E para a aprovação, qual é o quórum que precisa?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A maioria simples. Tem que ter 28 deputados presentes, se 15 votarem a favor do projeto está aprovado. Tem que ter 28 deputados presentes.

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, parece-me que tem consciência pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o 1º secretário para que proceda à chamada nominal dos senhores deputados para depositarem seus votos.

Deputados que forem a favor do projeto depositam a cédula “sim”, quem for contra o projeto a cédula “não”.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Antonio Anibelli**)

Procede à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Quarenta senhores deputados votaram.

Convido os senhores deputados Takayama, Eli Ghellere e Divanir Braz Palma para que façam a contagem dos votos.

35 (trinta e cinco) votaram SIM. 5 (cinco) votaram NÃO.

Está aprovado o projeto.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 596/99, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria do Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher, no município de Colombo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CDH. **Aprovado. (Publ. no Da nº 175/99, de 23.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 596/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher, no município de Colombo - Estado do Paraná.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucional e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 06.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 596/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Edson Strapasson, o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher, no município de Colombo.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que o presente projeto de lei visa oferecer maior segurança e minimizar estes problemas sociais que vêm envolvendo as mulheres no município de Colombo e região.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 596/99

P A R E C E R :

De autoria do deputado Edson Strapasson, o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher, no município de Colombo.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Segurança Pública.

Chamada a opinar, esta Comissão de Direitos Humanos entende a necessidade da criação da Delegacia

da Mulher no Município de Colombo, visto o grande número de ocorrências policiais envolvendo mulheres.

Diante do exposto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.99.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente
CUSTÓDIO DA SILVA - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/2000, de autoria do deputado Miltinho Pupio, fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Lunardelli o imóvel que especifica. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECER FAVORÁVEL DA CTIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2000, de 21.02.2000).**

PROJETO DE LEI Nº 33/2000

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de autoria do deputado Miltinho Pupio, que “autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Lunardelli o imóvel que especifica”.(sic)

Chamada esta Relatoria a se pronunciar, nosso parecer é contrário a este projeto de lei, pelos seguintes fundamentos:

Parecer-me de manifesta inconstitucionalidade o veículo, que tem forma de lei “delegada”, face de seus três artigos regularem apenas o modo de transferência do poder de legislar.

O eminente constitucionalista, professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, sobre o direito anterior esclarece que: “Delegação. A Constituição conserva o princípio de indelegabilidade das atribuições conferidas à cada poder. Torna, porém, relativa essa proibição que era absoluta no texto de 1946 (artigo 36, parágrafo 2º). Realmente, como está claro no dispositivo em exame, a Constituição admite exceções ao princípio da indelegabilidade, mas apenas as exceções que ela própria prevê. A principal destas é a possibilidade do poder de legislar, autorizada no artigo 52.

Outra, a possibilidade de delegação de atribuição confiada ao Presidente da República, nos termos do parágrafo único do artigo 81.

A permissão, ainda que excepcional, de delegação rompe com a fórmula da “separação de poderes”. Constitui entorse a esta. De fato, a delegação quebra o equilíbrio entre os poderes e, confundindo num mesmo órgão duas funções, mormente a de legislar e a de executar as leis, gera o perigo de arbítrio. Disse Montesquieu: “Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistrados, o Poder Legislativo é reunido ao Poder Executivo, não há liberdade; porque se pode temer que o mesmo monarca ou o mesmo Senado faça leis tirânicas para executá-las tiranicamente. “Claro, a objeção não se aplica às delegações *interna corporis*, sendo o direito atual ainda mais rígido na indelegabilidade”. (in, Comentários à

Constituição Brasileira, 6ª edição, Editora Saraiva, 1986, p.65)

De rigor a delegação é sempre forma de reduzir funções pertinentes ao Poder Legislativo, razão pela qual apenas o constituinte federal pode exercer tal poder redutor, como, de resto o fez ao prever as medidas provisórias e leis delegadas.

Ives Gandra da Silva Martins nos ensina que “em dois momentos, o constituinte outorga delegação de competência legislativa ao Presidente da República. Para editar medidas provisórias e para produzir leis delegadas. Aquele é um veículo excepcional, que se tornou corriqueiro por força da tradição autoritária do Poder Executivo, em um país que viveu mais períodos de exceção que democráticos, ou da omissão do Congresso, cujos parlamentares até hoje não assumiram, nos já passados 100 anos de República, o relevante papel que deveriam desempenhar numa democracia, mesmo que presidencialista.

O outro veículo é a lei delegada. Esta tem seu sentido. Objetiva dar celeridade à ação do Executivo, mas com plena autorização do Legislativo, que confere ao presidente o direito de legislar por tempo certo e sobre matéria definida. Sua validade é incontestável até a revogação é imodificável pelo princípio da irretroatividade” (in, Comentários à Constituição do Brasil, 4º volume, tomo I, Saraiva, 1995, p.519-520).

Sempre que um poder, por força de determinação de lei maior, receba atribuições pertinentes a outros, a democracia torna-se mais frágil, motivo que levou a doutrina, a interpretar que o poder de legislar delegado constitucionalmente deve ser interpretado nos estritos limites da delegação, não se admitindo que tais limites - exclusivos da União - sejam transferidos a Estados e Municípios, risco de violação da independência e da harmonia entre os poderes.

Ora, o próprio enunciado do projeto de lei em apreço esclarece ser uma delegação legislativa. Declara a Lei “autorizar” o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Lunardelli o imóvel que especifica.

O certo, todavia, é que tal delegação normativa, que transfere do Legislativo para o Executivo o poder de normar, é flagrantemente inconstitucional nos termos aqui apresentada.

Aliás, Pinto Ferreira ensina que “o princípio da indelegabilidade das funções orgânicas do Estado repousa em determinados fundamentos, especialmente na doutrina de separação de poderes.

A indelegabilidade acentua e destaca o reforço da repartição funcional da soberania, a distinção de poderes conforme o discurso do Barão de La Brede, Montesquieu: “Tudo seria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos príncipes, ou dos nobres, ou do povo, exercesse estes três poderes o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e aqueles de julgar os crimes de dissídios dos particulares”.

Na Constituição de 1891, no art. 15: “São órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e

o Judiciário, harmônicos e independentes entre si”. A indelegabilidade não era expressamente determinada, mas refletia-se no referido texto constitucional” (in, Comentários à Constituição Brasileira, 3º volume, Editora Saraiva, 1992, p. 353/354).

Apenas por este aspecto já se poderia inquirir todo o projeto de lei, de densamente inconstitucional.

Mas não é só por isso.

“Art. 10 - Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.”

Ora, senhor presidente, o autor do projeto de lei em apreço está fazendo o caminho inverso, ou seja, quer ele autorizar o Governo do estado a doar imóvel ao município de Lunardelli, quando o correto seria o Poder Executivo enviar a esta Casa de Leis pedido de autorização para doar o referido imóvel.

No caso em tela, o projeto de lei autoriza o Poder Executivo a tomar determinada providência, que é de sua competência exclusiva.

É inconstitucional!

A forma autorizativa de que se reveste o artigo 1º do projeto de lei em apreço, tem o efeito de superar a sua inadmissibilidade por impropriedade de iniciativa.

Não sei onde encontrar fundamento legal para sua apresentação, pois, mesmo aprovado, não cria uma obrigação para o Poder Executivo.

Apenas *ad argumentandum*, numa hipótese de aprovação deste projeto, qual a sanção que sofreria o Executivo pelo seu não cumprimento? Nenhuma.

Assim, diante dos óbices apontados o parecer é pela ilegalidade e inconstitucionalidade do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS PROJETO DE LEI Nº 033/2000

P A R E C E R :

Analisada a matéria em epígrafe, entendemos que não cabe a esta Comissão julgá-la do ponto de vista jurídico/constitucional, mas sim perante a utilização que será dada ao imóvel caso confirmada sua doação ao município de Lunardelli.

Pelo que podemos constatar, referido imóvel encontra-se ocioso, sem que exista uma possibilidade aparente de que possa vir a ser utilizado de forma proveitosa pelos órgãos educacionais do Estado.

Em seu artigo 2º, o autor do projeto, eminente deputado Miltinho Pupio, teve a sensatez de prever que a utilização do mesmo será única e exclusivamente para a construção do Paço Municipal, “...não podendo ter utili-

zação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que por ventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná”.

Assim sendo, considerando que o imóvel em questão encontra-se ocioso, sem utilização por parte do Estado, seu legítimo proprietário e, considerando que, efetivada a doação, mencionado imóvel servirá para a edificação do prédio do paço Municipal de Lunardelli, conseqüentemente oferecendo melhor estrutura física de atendimento ao público, este Relator manifesta-se favorável à continuidade do trâmite da matéria, sem outros obstáculos, até final deliberação, de forma soberana, pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, em 06.08.2001.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que orienta a implantação de Pólos Industriais e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 115/2000, de 30/08/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 285/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Luiz Accorsi, orienta a implantação de Pólos Industriais e adota outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 285/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em pauta, de autoria do ilustre deputado Luiz Accorsi, tem por finalidade orientar a implantação de Pólos Industriais no Estado do Paraná, dando outras providências.

A proposta legislativa visa orientar o Poder Executivo na implantação de Pólos Industriais que envolvam municípios que participem de zonas de produção homogêneas de matérias-primas, potencialidades ou infra-estruturas disponíveis visando o ganho em produtividade, a agregação de valor e a valorização dos produtores ou dos empreendedores locais, objetivando o desenvolvimento sócio-econômico de sua gente e região”.

Observando mais detalhadamente o projeto, em seus cinco artigos, não identificamos nenhum motivo para negar-lhe provimento, razão pela qual emitimos nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação, na forma da Emenda Aditiva, em anexo.

Sala das Comissões, em 22.11.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 285/2000

P A R E C E R :

O *caput* do artigo 1º do presente projeto de lei pasará a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, a orientar a implantação de Pólos Industriais que envolvam municípios que participem de zonas de produções homogêneas de matéria-prima, potencialidade ou infra-estrutura disponíveis visando o ganho em produtividade, a agregação de valor e a valorização dos produtores ou dos empreendedores locais, objetivando o desenvolvimento sócio-econômico de sua gente e região.

Sala das Comissões, em 22.11.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 285/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Luiz Accorsi, visa orientar a implantação de Pólos Industriais e adota outras providências.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a matéria ventilada neste projeto nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Diagnóstico para Doenças Crônico-Degenerativas, no município de Maringá, Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123/2000, de 19/09/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 305/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Divanir Braz Palma, autoriza o Poder Executivo a criar o

Centro de Diagnóstico para Doenças Crônico-Degenerativas, no município de Maringá-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que a matéria em tela por possuir caráter autorizatório, é altamente meritório, atende aos dispositivos legais.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 305/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 305/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Diagnóstico para Doenças Crônico-Degenerativas, no município de Maringá-PR.

A matéria em questão foi apreciada na Comissão de Constituição e Justiça, obtendo parecer favorável quanto à constitucionalidade.

No mérito, é indiscutível a conveniência do projeto de lei. A saúde pública é área cujas carências estão sempre exigindo maior atuação do Poder Público.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 305/2000.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/2001, de autoria do Tribunal de Justiça - Of. nº 127/2001, que altera o anexo II da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997 - Quadro de Servidores do Poder Judiciário. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2001, de 08/03/2000-Ofício).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 038/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Judiciário - Tribunal de Justiça, altera o anexo II da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997 - Quadro de Servidores do Poder Judiciário

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa das emendas apresentadas em plenário, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 038/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do Tribunal de Justiça, através do Ofício nº 127/2001, objetiva alterar o anexo II da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997. (Quadro de Servidores do Poder Judiciário). O referido projeto em tela já mereceu o devido pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que manda o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, observa na própria justificativa do projeto em tela que o objetivo do projeto é corrigir o erro de omissão ocorrido na Lei nº 13.034, de 03 de janeiro de 2.001, quando se refere ao cargo de Eletrotécnico que deveria constar no anexo II da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, não tendo sido previsto seu deslocamento na carreira.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.05.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/2001, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 128/2001, que autoriza o Poder Judiciário do Estado do Paraná a destinar recursos à Escola de Magistratura do Estado do Paraná, a qual é administrada, por delegação, pela Associação dos Magistrados do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2001, de 08.03.2001 - Ofício)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 39/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Judiciário, visa autorizar o Poder Judiciário do Estado do Paraná a destinar recursos à Escola da Magistratura do Estado do Paraná, a qual é administrada, por delegação, pela Associação dos Magistrados do Paraná (*sic*).

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa deste projeto de lei, nosso parecer é favorável, na forma a inclusa emenda supressiva.

Sala das Comissões, em 29.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 039/2001

Senhor presidente, a emenda ora apresentada por esta Relatoria tem a finalidade de suprimir a expressão

“revogadas as disposições em contrário”, contida no artigo 3º, ficando com a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 29.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 039/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 039/2001, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que “autoriza o Poder Judiciário do Estado do Paraná a destinar recursos à Escola de Magistratura do Estado do Paraná, a qual é administrada, por delegação, pela Associação dos Magistrados do Paraná.”

O presente projeto, conforme explica sua justificativa, foi elaborado visando cumprir um dispositivo legal do artigo 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, o parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 039/2001.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a incluir a disciplina de Legislação do Trânsito no currículo escolar da oitava série do Primeiro Grau da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 014/2001, de 13.03.2001 - Ofício)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 052/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 052/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo a incluir a disciplina de Legislação do Trânsito no currículo escolar da oitava série do Primeiro Grau da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências.

Oficiada a Secretaria de Estado da Educação, esta se manifestou contrariamente à inclusão da matéria no currículo escolar estadual, alegando que o projeto fere os artigos 66 e 87 da Constituição Estadual, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seus artigos 27 e 32.

Todavia, o projeto possui respaldo legal, considerando que o próprio Código de Trânsito Brasileiro, que se constitui em legislação especial, assim determina em seu artigo 76:

“Art. 76 - A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.”

Diante do exposto, o projeto não encontra óbice de natureza legal ou constitucional, pelo que opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 052/2001

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Luiz Accorsi, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a incluir a disciplina de Legislação do Trânsito no currículo escolar da oitava série do Primeiro Grau da Rede Estadual de Ensino.

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende que a presente proposição visa diminuir o custo das taxas, sem afetar o grau de conhecimento ou de aptidão do candidato, e com isso facilitar o acesso ao documento oficial do motorista.

Conclusão

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.2001.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 052/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Luiz Accorsi, o projeto em questão tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a incluir a disciplina de Legislação do Trânsito no currículo escolar da oitava série do Primeiro Grau da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências.

O projeto já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça e parecer favorável na Comissão de Segurança Pública desta Casa de Leis. Chamada esta comissão a se manifestar, opinamos pelo parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a elaboração de cadastro destinado a estudos de prevenção do câncer de mama no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF E CSP. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2001, de 21.03.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 073/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, dispõe sobre a elaboração de cadastro destinado a estudos de prevenção do câncer de mama no Estado do Paraná.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 17.04.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 073/2001

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 073/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Cabe à Secretaria de Estado da Saúde/ Instituto de Saúde do Paraná - SESA/ISEP, a elaboração de planos e ações, programas e políticas públicas de controle do câncer de mama, em parceria com as sociedades científicas.”

Sala das Comissões, em 17.04.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

Apoioamento:

Chico Noroeste, Marcos Isfer.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 073/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, dispõe sobre a elaboração de cadastro destinado a estudos de prevenção do câncer de mama no Estado do Paraná.

Sobre o referido projeto de lei, podemos observar a existência de pronunciamento favorável com emenda da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Lei, podemos cons-

tatar não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Desta forma, somos compelidos a emitir nosso parecer favorável ao referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.
(aa) ADEMIR BIER - Presidente
LUIZ ACCORSI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 073/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre deputado Antonio Carlos Belinati, tem por escopo o estabelecimento de políticas públicas de controle de câncer de mama, destinadas às mulheres atendidas pelo Sistema Único de Saúde, no Estado, a serem implementadas pela Secretaria de Estado da Saúde.

Considerando que o câncer aparece como segunda causa de morte, no Brasil, entre as mulheres e, ainda, que registram-se dez mil casos de óbitos por ano, ocasionados por câncer de mama, toda medida preventiva que o Estado venha a adotar é de fundamental importância.

Neste sentido e com vistas a dotar o Estado de mecanismos destinados ao controle e prevenção do câncer de mama, a medida em apreço torna-se oportuna e meritória.

Nestas condições o parecer é favorável à sua aprovação, conforme a redação dada ao artigo 2º, pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.
(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 082/2001 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que trata da preferência aos idosos nos processos administrativos dos Poderes do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDH. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/2001, de 28.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 82/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Antonio Carlos Belinati, trata da Preferência aos Idosos nos Processos Administrativos dos Poderes do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que o projeto de lei em tela, atende ao disposto no artigo 203 da Constituição Federal, que dispõe ser dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade,

defendendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes o direito à vida.

Sendo nosso parecer favorável à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 82/2001**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo estabelecer preferência de atendimento aos procedimentos administrativos que tramitam junto a qualquer dos Poderes do Estado, nos quais figure como parte pessoa idosa.

Chamada esta Comissão de se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua tramitação por essa Casa de Leis. Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.09.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que incorpora ao currículo da Rede Estadual de Ensino de 1º grau, a área de conhecimento “Cidade-Cidadania”. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CECE. Aprovado (Publ. no DA nº 034/2001, de 09.04.2001).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 113/2001**

De autoria do nobre deputado Luiz Carlos Alborghetti, o projeto em questão incorpora ao currículo da Rede Estadual de ensino de 1º Grau, a área de conhecimento “Cidade-Cidadania”.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 113/2001**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 113/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti incorpora ao currículo da

Rede Estadual de Ensino 1º Grau, a área de conhecimento “Cidade-Cidadania”.

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional, possuindo parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Todavia, a área de conhecimento “Cidade-Cidadania”, já está presente na grade curricular das escolas estaduais, sendo tratada como “Tema Transversal” previsto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A Secretaria de Estado da Educação informou que vem orientando os profissionais da educação sobre reestruturação curricular e o papel dos Temas Transversais sugeridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como a forma de abordagem das várias questões que deles fazem parte.

Os “Temas Transversais” não se constituem em novas áreas de conhecimento, mas num conjunto de temas que permeiam a concepção de diferentes áreas, seus objetivos, conteúdos e orientações didáticas, conforme dispõe o artigo 27 da Lei nº 9.394/96.

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2001, de autoria o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita ao município de Curitiba, imóvel conforme específica. **Parecer Favorável da CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA (Publ. no DA. nº 032/2001, de 17.08.2001, Mens.).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 344/2001**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba, imóvel conforme específica.

Chamada esta Comissão, a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)

Senhor presidente, este Projeto nº 344/2001 está na Comissão de Obras e Transportes.

O relator, na oportunidade, deputado Ângelo Vanhoni, para que a Comissão de Obras, que analisa o mérito, pudesse dar o parecer, solicitou que fosse encami-

nhado um expediente ao Departamento de Patrimônio, no sentido de esclarecer a esta Casa qual a atual finalidade ou qual a finalidade que tem tido este imóvel, até então. Isso, para que possamos avaliar realmente a questão do mérito de ceder à FAS, Fundação de Assistência Social de Curitiba este imóvel, aqui na região de Curitiba.

Apesar do encaminhamento ter sido feito desde a reunião do dia 10 de outubro, ou seja já pouco mais de um mês e apesar das ligações para o Departamento, nós não recebemos essa informação mínima, básica desse projeto apesar de ter-lhe sido solicitado regime de urgência.

Eu quero crer que esta Casa deveria pedir ao Governo que realmente procurasse, especialmente neste projeto em regime de urgência, que respondesse com a mesma urgência os requerimentos de diligências.

Portanto, este projeto não recebeu parecer da Comissão de Obras, o qual eu solicito ao senhor presidente que não coloque em votação. Caso contrário, não há como esta Casa se pronunciar, se não tem o parecer da Comissão específica. E estamos aguardando, de parte do Departamento de Patrimônio, uma informação mínima, que no mínimo três ou quatro dias seriam suficientes para que o Governo respondesse informações solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Strapasson, este projeto está em regime de urgência desde o dia 08 de outubro. E, conforme o Regimento Interno, a Comissão tem 48 horas de prazo para exarar seu parecer.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Não há como, senhor presidente, é isto que coloquei, não há como a Comissão de Obras se pronunciar sem esta informação mínima. Portanto, se foi solicitada uma diligência ao Departamento de Patrimônio, quero crer que esta Casa foi até desrespeitada, na medida em que nós não recebemos a informação.

Se ele não recebeu parecer da Comissão de Obras, não foi por imprudência ou por falta de priorização por parte da Comissão, e sim, por parte do Governo. Portanto, vejo até que o regime de urgência deveria ser seguido da mesma forma, porque caso contrário não há como dar parecer, não há como votar um projeto se nós não sabemos, então, para que finalidade é utilizado.

Portanto, encareço, senhor presidente, que entendo que se fosse por falta de reunião da Comissão, talvez fosse o regime de urgência até entendido como não respeitado, mas, não foi pela Comissão. Foi por parte do Governo.

Portanto, sendo um projeto do Poder Executivo, quero crer que o principal interessado seja o Governo do Estado em fornecer as informações.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, com todo respeito que merece o deputado Strapasson, lendo atentamente o Regimento

Interno sobre as atribuições da Comissão de Obras e lendo o teor dos projetos, entendo que não obstante o ilustre presidente ter requerido o encaminhamento e apesar de estar já há bastante tempo na Comissão de Obras e aceito as ponderações do presidente da Comissão, para mim resta claro que a matéria sequer deveria ter sido encaminhada à Comissão de Obras. Foi encaminhada por requerimento, neste Plenário, para a Comissão de Obras. Entretanto, nós temos aqui na Ordem do Dia do dia 25 de outubro de 2001 a publicação, na informação da Diretoria Legislativa sobre estes três projetos.

Razão pela qual não assiste razão ao deputado e nós insistimos para que a matéria seja imediatamente votada, haja vista que o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa não podem se abster de votar e é isto o que daremos neste momento.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só quero informar ao deputado Durval Amaral que de forma nenhuma foi à Comissão, porque no dia dez foi encaminhado este expediente à Secretaria. Se foi publicado no expediente do dia 15 de outubro, o regime de urgência, quero crer que este projeto já estava em diligência, portanto, não há como a Comissão de Obras se pronunciar em cima de uma deliberação já aprovada, onde a diligência foi aprovada pela Comissão e nós estamos, antes até de publicado o regime de urgência, aguardando a informação que infelizmente até agora não chegou.

Evidentemente, a deliberação do Plenário é soberana. Nós entendemos que este projeto, até para que os deputados possam avaliar na aprovação, deva ter estas informações.

Agora, evidentemente nós estamos votando, hoje, em 1ª votação, que é a parte constitucional. E até poderíamos propor que o projeto é constitucional, não se discute este aspecto. Tem parecer favorável da CCJ e em nós votando, hoje, a questão constitucional. Não há óbice quanto ao mérito, que é a questão principal que estamos solicitando, que em última instância se vote em 1ª discussão, hoje o projeto e que o Governo possa responder amanhã, já, para que a Comissão possa deliberar. Caso contrário, a Comissão estará sendo passada por cima, descumprindo até o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação o projeto.

Aprovado.

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/2001, de autoria do Poder Executivo a transformar o Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM e o Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO, em entidades da estrutura da Secretaria de Estado da

Administração e da Previdência. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 121/2001, de 10.09.2001 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 409/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a transformar o Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM e o Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO, em entidade da estrutura da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI 409/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, oriundo da Mensagem do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a transformar o Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, e o Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO, em Entidades da estrutura da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Embora a matéria seja de competência do Poder Executivo, tendo este liberdade para adequar a administração para melhor executar seus projetos e programas, a referida proposição não informa de que monta será o acréscimo das despesas que implicará a implantação desta modificação.

Estando o Governo há quase oito anos, é de se esperar que tenha tido todo o tempo necessário para implementar as alterações administrativas necessárias para o bom funcionamento da máquina estatal, e, estando o Governo com poucos recursos, deve economizá-los, empregando em atividades essenciais e não em reforma burocráticas.

Face ao exposto, o parecer é contrário.

Sala das Comissões, em 03.10.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

Em votação.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, mais uma vez quero me reportar, neste momento, aos projetos dos itens 24 e 25, Projeto de Lei nº 409/2001 e da mesma forma, 494/2001, que são os itens que estão em votação e também dizer

que esses dois projetos já estão com pareceres do relator, na Comissão de Obras.

Inclusive, aqui, quero fazer um pedido ao senhor presidente, nós já encaminhamos isso de forma oficial, anteriormente, porque desde o dia 10 de outubro, estamos convocando várias reuniões e, infelizmente, - eu não quero citar aqui nomes e nem partidos - nós temos a falta de quórum, permanentemente.

Temos a impressão que não é hábito fazer reuniões, e eu me recuso terminantemente a fazer o que alguns fazem, que é pegar assinatura nos corredores, ou em gabinete, de pareceres em reuniões que não ocorrem!

Portanto, nós não fizemos reuniões, tivemos três convocações de lá para cá e infelizmente, alguns deputados que não quero relatar, vou encaminhar a esta Mesa os nomes, pedindo até que os deputados que compõem a Comissão de Obras, efetivamente passem a participar ou peçam a sua substituição, porque não é possível que uma Comissão tenha que paralisar os seus trabalhos com três ou quatro convocações, onde tivemos permanentemente a presença de alguns deputados, inclusive ressaltando aqui o deputado Duílio, que tem sido assíduo freqüentador, portanto, senhor presidente, não tem como aí nós votarmos sem quórum.

E, então faço o nosso apelo, inclusive cumprindo o Regimento desta Casa, em não comparecendo três sessões, que se tome as providências, de acordo com o que prevê o Regimento. Caso contrário, não há como dar seqüência aos trabalhos da Comissão da forma como está.

Esse projeto 409 é um projeto que pretende agregar o DETO, Departamento de Transporte Oficial e o Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, à Secretaria de Administração e Previdência. E que na verdade está com o parecer pronto há duas semanas e apesar de várias convocações não tivemos a presença dos senhores deputados.

E o outro Projeto, nº 494/2001, também está em regime de urgência e na verdade é muito questionável, na medida em que o Governo do Estado permite, desde 98, que a Sanepar utilize uma área de propriedade da Emater. Portanto vem o projeto depois de três anos, quase, dizer que está em regime de urgência e nós temos um projeto aí, que com certeza vai ser muito discutido nesta Casa.

Era essa a minha colocação em relação à falta de quórum e eu quero que esta Mesa tome providências em relação àqueles que não comparecem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação.

Aprovado.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Eu peço que registre, em função da ausência do parecer da Comissão de Obras Públicas da Assembléia Legislativa, o voto contrário da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está registrado.

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/2001. A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, fica autorizada a desapropriar a área descrita do Decreto nº 4.842, de 30 de setembro de 1998, de propriedade da Emater - Paraná, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 140/2001, de 03/10/2001 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 494/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, visa autorizar a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, a desapropriar a área descrita do Decreto nº 4.842, de 30 de setembro de 1998, de propriedade da Emater - Paraná, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. NEREU MOURA

Da mesma forma, o voto contrário da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está devidamente registrado.

Sobre a mesa, requerimento nº 3701, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, está aí a oportunidade de sabermos a verdade. É com relação às viagens do governador Jaime Lerner. Quantas viagens ele fez? Quais os objetivos das viagens? Quem pagou as viagens?

Aprovado esse requerimento vamos saber quem é que está pagando essas viagens. Se é do bolso dele ou se é o povo do Paraná. Se essas viagens estão sendo frutíferas para o nosso Estado.

Quero que este requerimento seja aprovado e que eu tenha a oportunidade de vir aqui me penitenciar diante desta Casa, dizer que fui injusto, que cometi erros. Peni-

tenciar-me com relação às colocações que fiz sistematicamente contra o Governador Jaime Lerner.

Então, vamos ver. "Tá na hora da onça beber água." E a aprovação deste Requerimento é de fundamental importância.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente.

Vou votar contra o requerimento, porque até agora não entendi bem o que o autor quer. Se é quem paga a viagem ou se é por quê o Governador viaja. Não sei a quem interessa essas coisas.

Então, estou meio confuso nessa colocação aí.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, só para esclarecer o deputado Moisés, quem sabe ele vote a favor quando receber as informações corretas.

O requerimento é para saber os motivos das viagens; quem paga as viagens; para onde ele foi e o total da comitiva do Governador.

Então, é um pedido de informações amplo, que dê uma perfeita noção a esta Casa das viagens do Governador Jaime Lerner.

O SR. JAIME LEÔNIDAS

Pela ordem, senhor presidente!

(**Assentimento**)

Então, por esse motivo vou votar contra também; não entendi bem.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, nobre deputado Nereu Moura:

Estamos encaminhando contrariamente à aprovação deste requerimento, por duas razões:

Primeira: se a questão é de ordem pessoal, entendendo que não seja matéria a ser tratada na Assembléia Legislativa. Se é de cunho político, resta claro que todas as viagens do senhor governador, mesmo agora que ele está autorizado previamente para viajar, inclusive por lei, mas resta claro, que todas as viagens anteriores a essa lei eram devidamente autorizadas pela Assembléia Legislativa e as que ocorrem após a aprovação da lei que autorizou o Governador a viajar para o Mercosul e também para todo o mundo, todas elas são comunicadas à Assembléia Legislativa.

Como não quero crer que os motivos sejam de ordem pessoal, para mim fica evidente que a razão é de cunho político. E politicamente, o governo do Estado, e o nobre deputado Nereu Moura, basta fazer uma análise rápida de todas as comunicações soltas à Assembléia Legislativa do Paraná e as razões que levaram o governador a se dirigir a outros países, não só da América Latina, mas da Europa e tudo mais, para que possamos aqui, com muita isenção, com muita tranqüilidade, porque entendemos que a razão quer me parecer, é outra.

Que possamos, com tranqüilidade encaminhar pela derrubada desse pedido de informações.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação. Os deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Verificação de votação. Os deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

15 senhores deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

18 senhores deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero apenas registrar o nome dos deputados que não querem que as coisas fiquem mal explicadas nesta Casa e que votaram contra a 42ª viagem do governador Jaime Lerner: deputados Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Serafina Carrilho, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Antonio Anibelli, Ademir Bier e Algaci Tulio.

E quero dizer, também, que não há nada pessoal e sim de ordem administrativa, porque o dinheiro é público e quando é público é de interesse desta Casa.

O SR. DURVAL AMARAL

Justificativa de voto, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Os deputado que rejeitam a matéria, entendem que todas as viagens do senhor governador foram, ou aprovadas previamente por esta Casa ou são posteriormente comunicadas ao Parlamento. E em todas elas seguem as justificativas ou as razões que levaram à viagem.

Razão pela qual nós justificamos o voto pela rejeição deste requerimento, por se tratar de uma questão puramente política, eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 3702, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente.

Rejeitado.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, esse requerimento, é sobre o serviço de vídeo-loteria do Estado do Paraná.

O Cid Campêlo, secretário de Governo, do atual Governo do Paraná, deu uma declaração à Imprensa,

quinta-feira, que será objeto de uma interpelação judicial, que iremos propor.

Diz ele, que possui todos esses dados, e iria fornecer à Assembléia Legislativa, as explicações em relação a esse pedido de informação.

Senhor presidente! As denúncias dão conta de que houve uma Licitação dirigida para a Empresa Larami ser a vencedora. Uma empresa que não estava registrada junto à Junta Comercial do Paraná até o dia 20 de junho de 2001.

E para surpresa de todos, dias após o seu efetivo registro junto à Junta Comercial do Paraná, essa Empresa Larami, sagrou-se vencedora do certame licitatório que escolheu a empresa que vai administrar os serviços de vídeoloterias do Estado do Paraná.

Essa empresa Larami, possui como sócia, a Empresa Bodtch - argentina, que tem como representante no Paraná, a Dra. Fernanda Guimarães, que é filha do chefe do Cerimonial do Palácio Iguazu, chefe do cerimonial e chefe da Assessoria de Relações Internacionais do governador Jaime Lerner.

Portanto, senhor presidente, é um negócio que parece cheirar! Mas não é um cheiro de rosas. É um cheiro diferente!

De forma que, para ser transparente, é preciso que o governador Jaime Lerner encaminhe aqui para a Assembléia Legislativa do Paraná, as informações acerca dessas denúncias que foram estampadas em diversos jornais, em diversas revistas do Estado do Paraná.

Por isso, quero pedir a esta Casa, para que aprove-mos este requerimento, a fim de que a verdade prevaleça, a fim de que possamos esclarecer, efetivamente, se o processo licitatório foi honesto, correto, e que as denúncias que partiram em relação a esse assunto, são infundadas e de má fé.

De forma, senhor presidente, que o deputado Durval Amaral, na semana passada, disse que me daria informalmente, as respostas ao requerimento.

Se o deputado Durval Amaral, possuir as informações, nós gostaríamos de recebê-las. Caso contrário, a Assembléia não pode permitir que esse assunto não seja esclarecido.

E a única forma que temos para esclarecê-lo, é inquestionavelmente, recebendo todas as informações acerca desse assunto e que como já foi amplamente discutido através da imprensa, suscitaram dúvidas, ensejando denúncias de que a licitação foi dirigida, marcada para que a Empresa Larami, constituída no dia vinte de junho, se sagra-se vencedora e ganhasse o direito de explorar os serviços de vídeoloteria, que nada mais é do que um jogo de azar e que engloba também o chamado caça-níquel, tão amplamente difundido no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação. Os deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Será procedida a verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Quatorze senhores deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. Dezoito senhores deputados rejeitam.

Está rejeitado.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, da mesma forma, quero registrar aqui os votos dos deputados que votaram a favor desse requerimento, pedindo esclarecimentos e para que as coisas aconteçam de forma transparente no Estado do Paraná: deputados Edson Strapasson, Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Renato Gaúcho, Antonio Anibelli, Ademir Bier, e Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 3703, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente.

Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA

Qual é o requerimento, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Caíto Quintana, requer o envio de expediente ao Exmo. Sr. presidente do egrégio Tribunal Regional Eleitoral.

Está em votação os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Será procedida a verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Quatorze senhores deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. Dezoito rejeitam.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 3712, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3757, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, com apoio do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3774, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

(Pausa)

Treze senhores deputados aprovam.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dezenove deputados.

Está rejeitado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de registrar meu voto favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

Requerimento nº 3775, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Eli Ghellere, Irineu Colombo e demais deputados, constante do expediente.

Em discussão.

O SR. NEREU MOURA

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se na forma regimental.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Este requerimento, senhor presidente, já foi adiado!

O SR. NEREU MOURA

Não foi!

O SR. DURVAL AMARAL

Foi adiado!

O SR. NEREU MOURA

Não foi!

O SR. DURVAL AMARAL

Ele foi lido e decaíram as Sessões consecutivamente, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Não foi.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No dia em que foi apresentado, deputado, não houve Sessão.

Então, o requerimento, por falta de quórum, não chegou a ser analisado.

O SR. DURVAL AMARAL

Então, a Mesa não receba, senhor presidente, em função que está prejudicado. Hoje é dia 12 e o requerimento é para a data de hoje.

O SR. NEREU MOURA

Não está.

O SR. DURVAL AMARAL

Hoje não é dia 12, deputado Nereu Moura? O requerimento é específico.

Então, a Mesa não pode sequer receber!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

É verdade, o requerimento pede para o dia 12, seria na Sessão de hoje.

O SR. NEREU MOURA

Pedi para discutir. Amanhã o autor vai estar aqui e vai avaliar o que deve ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Requerimento nº 3778, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente.

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 3591 e 3593, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3609, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3585, 3686 e 3700, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3689 a 3691 e 3791 a 3795, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3692, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 3693, 3694, 3729 e 3730, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3695, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3704, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3711, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3714 a 3717 e 3772, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3720, 3722 a 3726, 3733 e 3776, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3727 e 3779, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3731, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3732, 3773 e 3800, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3734 e 3756, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3759 e 3761, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3762 e 3763, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3764 e 3768, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3769, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3777, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado. (As matérias encontram-se publicadas no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 3787 a 3790, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3780 a 3782, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3784 a 3786, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3797, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3799, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3804, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3805, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Não tendo mais nada a deliberar, antes de encerrar a Sessão, queremos registrar a presença do prefeito de Boa Vista da Aparecida, José Carlos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 150/2000; 265 e 501/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 596/99; 033, 285, 305/2000; 038, 039, 052, 073, 082, 113, 118, 344, 409 e 494/2001.

Marco ainda uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 067/2000 e 003/2001.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO

SENHOR DEPUTADO ELI GHELLERE, EM SESSÃO DO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2001.

Edgar Economiza R\$297 Mil na Construção de 480 Casas

Gazeta do Paraná

O prefeito de Cascavel, Edgar Bueno, conseguiu economia de R\$297 mil, na compra de material para a construção de 480 unidades habitacionais do projeto “Minha Casa”. O anúncio foi feito ontem à tarde, durante uma entrevista coletiva na prefeitura. Ao anunciar o resultado, o prefeito disse que os empresários estavam acostumados a vender com preços superfaturados porque sabiam que não receberiam tão fácil. Disse também que muitos já tinham separado inclusive, o valor para as propinas. “Aqueles empresários às vezes apresentavam os preços e tinham que superfaturar porque a prefeitura atrasava o pagamento”, comentou.

“Muitas vezes já tinha o valor da propina separado. Esses empresários, provavelmente imaginando que o prefeito continuava agindo dessa maneira, é que nos apresentaram preços tão altos na primeira vez”, disse Edgar, em tom de desabafo. “Isso acabou na nossa administração. Essa é uma prova de que o dinheiro público está sendo bem aplicado”, argumentou.

O prefeito disse que vai homologar a compra do material e anunciou que a construção das casas começa dentro de dez dias, em uma área do município, ao lado do bairro Brasmadeira, na região norte. Antes será preciso promover um desempate. Três das 18 empresas participantes acabaram empatando em alguns itens de preços. O prefeito assegurou que esse empate não prejudica a licitação e diz que a prefeitura vai seguir os critérios estabelecidos em lei para anunciar a vencedora. Nesse caso o desempate deverá ser feito através de sorteio.

Uma das empresas que tinham feito a primeira proposta acabou não apresentando uma contra proposta e ficou de fora. Todas as demais ganharam o direito de vender alguns itens para a prefeitura. O valor máximo da licitação era de R\$1.884.000,00, mas com a decisão será possível construir as casas com R\$1.588.000,00. O prefeito assegurou que a grande beneficiada é a população, que hoje mora em barracos, e que terá uma casa digna.

Com a economia apresentada em relação à primeira proposta de preços, aberto no dia 23 de outubro, Edgar prometeu construir mais 60 unidades habitacionais. Ele voltou a afirmar que na primeira vez, ficou claramente caracterizado que os empresários tinham agido de forma combinada, promovendo, com isso a formação de Cartel, o que representa crime, mas não falou em acionar as empresas judicialmente, dizendo que os direitos do município estavam preservados. O prefeito também explicou que a decisão de pedir uma nova proposta de preços vai ocasionar um atraso de aproximadamente 20 dias na conclusão das casas. A previsão era de entregar os imóveis até o final do ano. Ele disse que a economia vai

compensar o atraso. Os empresários acompanharam atentamente a abertura das propostas mas evitaram falar com a imprensa e não quiseram acompanhar a entrevista coletiva.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ELI GHELLERE EM SESSÃO DO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2001.

Economia de R\$295 Mil Gera Mais 60 Casa

Jornal O Paraná

Dezoito empresas foram classificadas ontem durante a reapresentação das propostas para aquisição de material de construção que será utilizado no Projeto Minha Casa. A primeira licitação, realizada dia 23 de outubro, foi anulada pelo prefeito Edgar Bueno por suspeita de Lobby, já que os valores apresentados por 21 empresas tinham pouca variação. Nesta segunda chance concedida aos empresários, a prefeitura obteve economia de R\$295 mil, valor que representa a construção de mais 60 casas populares.

“Isso significa que vamos beneficiar mais 60 famílias que hoje vivem em barracos de lona. O projeto vai passar das 510 habitações previstas para 570”, comemorou o prefeito agradecendo aos empresários por terem revisto os valores inicialmente apresentados. “Antes as empresas precisavam superfaturar porque as prefeituras atrasavam os pagamentos”, acrescentou Edgar Bueno, justificando que “este é um vício do Brasil. É uma prática adotada devido à má fama das prefeituras”, disse o prefeito sem descartar a hipótese de formação de cartel.

R\$295 MIL

O total da primeira tomada de preços fechou em R\$1.884.143,54. Ontem, os valores chegaram a R\$1.588.988,50. Uma exata e significativa diferença de R\$295.155,04. Orçamento realizado pela Cohavel aponta custo de R\$4,9 mil por casa de 40m². A população carente beneficiada com as moradias deixa barracos de lona para morar com mais conforto, pagando prestação-aluguel de R\$27,00. “Os custo para viver melhor será de menos de R\$1,00 dia”, lembrou o prefeito, acrescentando que “queremos comprar bem, pagar bem, mas pelo menor preço”, disse Edgar ao lembrar que o novo prazo concedido aos empresários vai atrasar em 20 dias o projeto, que previa a entrega das 480 casas no Brasmadeira e Interlagos até dia 31 de dezembro. “É melhor atrasar e economizar”, afirmou.

As demais 60 casas resultantes da economia obtida na licitação atual serão construídas no próximo ano, ainda sem local definido, e integrarão o Projeto Minha Casa.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NO ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO

SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO EM SESSÃO DO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2001.

Por um Tribunal Regional Federal

Jornal Gazeta do Povo

Foi dado o primeiro passo para a criação de um Tribunal Regional Federal no Paraná, com a aprovação de proposta de emenda constitucional na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A proposição, relatada pelo senador Osmar Dias, refere-se à instalação de dois órgãos de segunda instância da Justiça Federal; um deles sediado em Belo Horizonte e o outro, em Curitiba, e jurisdição sobre os estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Os representantes paranaenses no Senado, senhor Osmar Dias, Álvaro Dias e Roberto Requião - que se uniram para trabalhar pela matéria - alertam que a viabilização definitiva da nova Corte ainda demora. Ela terá que vencer diversos obstáculos, mas superou o primeiro com o acolhimento da necessidade e conveniência de instalação do órgão em função do elevado volume de processos oriundos do Paraná no atual TRF da 4ª Região, com sede em Porto Alegre.

De fato, dos cerca de 140 mil processos anuais apreciados naquele tribunal, mais de 50 mil - um terço - são encaminhados a partir do Paraná. Em seu parecer o senador Osmar Dias destaca que, por isso “a criação de um Tribunal Regional Federal no Paraná é um antiga e justa reivindicação das lideranças mais representativas do estado”.

Pelo fato de serem a segunda instância dos processos que tramitam na Justiça Federal, os TRF's são órgão naturais de reexame de qualquer decisão das varas federais, hoje com jurisdição ampliada em função das mudanças introduzidas na ordem constitucional pela Carta de 1988. Assim, caem na jurisdição desse ramo judiciário as questões imobiliárias ou de crédito vinculadas a um agente financeiro da União, assuntos tributários federais, diversas espécies de delitos ou qualquer outro assunto jurídico de competência federal.

Por essa expansão da ingerência do poder central, pleitos que à primeira vista deveriam ser resolvidos no âmbito dos estados, acabam na órbita federal, como o julgamento de atos sobre pedágio em rodovias, ou mais recentemente o caso da Copel. Porém “sai muito caro para alguém ter que ir a Porto Alegre acompanhar uma audiência”, diz o procurador-chefe da República no Paraná, Mário Ghisi.

Essa dificuldade na prática inviabiliza a disponibilidade da justiça para o cidadão de poucos recursos, reconhece a autoridade do Ministério Público; ao reforçar a reivindicação pelo desdobramento das cortes federais de segunda instância. Hoje elas agrupam regiões, estando instaladas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife e Porto Alegre, com dificuldade para cobrir o território continental do Brasil.

Entre os obstáculos para concretizar a proposta há dois de mais relevância, sendo o primeiro o entendimento restritivo de que só o Poder Judiciário poderia ter iniciativa sobre o tema. Mas um jurista paranaense, ouvido por este jornal, assinala que por se tratar de emenda constitucional modificatória da Constituição, qualquer vício de origem é afastado. Mesmo assim o senador Álvaro Dias registra pretender trabalhar para que, uma vez aprovada emenda no Congresso autorizando a criação do TRF, a instalação do novo Tribunal seja concretizada mediante projeto de lei do Judiciário (definição da dotação orçamentária, provimento dos cargos, etc.).

Para o senador Roberto Requião a possibilidade de criação do TRF no Paraná aumentaria com a inclusão do

benefício para outros estados, além de Minas, como a Bahia e a Região Amazônica. Foi assim que, na década passada, lideranças paranaenses conseguiram reabrir o Colégio Militar de Curitiba, num esforço que teve à frente, entre outros, o ex-senador Luiz Alberto Martins de Oliveira e o saudoso deputado Anibal Khury: o então presidente Itamar Franco aceitou a reivindicação quando viu estar contemplada a criação dessas escolas também em Salvador e Juiz de Fora, esta última sua cidade de origem política.

A criação do TRF no Paraná é um pleito federativo pelo qual precisamos continuar lutando, com a mobilização de todas as forças e lideranças da sociedade paranaense.